



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

----- No dia vinte e oito do mês de setembro do ano de dois mil e doze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pela primeira secretária Maria de Lurdes Castro em substituição do presidente da Assembleia e secretariada por Mário Sérgio Cunha e Joaquim José Rocha com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1- Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei; -----

----- 3 - Eleição dos membros em falta na composição da Mesa da Assembleia Municipal; -----

----- 4 - Pedido de suspensão do mandato pelo período de 365 dias; -----

----- 5 - Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal “ Lousada Século XXI, E.M; -----

----- 6 - Regulamento de Ação Social Escolar para Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico; -----

----- 7 - Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Prestação de serviços de manutenção a equipamentos; -----

----- 8 - Atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos dirigentes; -----

----- 9 – Segunda revisão ao orçamento da receita, despesa e plano plurianual de investimentos; -----

----- 10 – Autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais para os encargos que não excedam o limite de 99.759,58 €; -----

----- 11- Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação Serviços do Município de Lousada; -----

----- 12 – Alteração à Tabela de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais; -----

----- 13 – Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Macieira – Protocolo para a gestão da feira retalhista de São Gonçalo; -----

----- 14 – Reorganização Administrativa nos termos Lei nº 22/2012 de 30 de Maio; -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma hora e trinta minutos tendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

respondido à chamada: Abílio Alves, Elsa Marques em substituição de Joaquim Almeida Santos, Carlos Manuel Soares Nunes, Joaquim Cardoso, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Cláudia Patricia Alves Pereira Lousada, Joaquim José da Silva Rocha, Virginia Santos em substituição de Cristóvão Ribeiro, João Carlos Correia, Maria Emilia Chamusca, Alberto Oliveira, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Joaquim José Bessa, José Bernardino Pinto Nogueira, Ana Margarida Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, António Filipe Cardoso Barbosa, Rui Filipe Ribeiro Magalhães, José Augusto Campos Barros em substituição de Branca Cecília Sousa, Filipa Maria de Jesus Dias Ventuzelos, Francisco Xavier Teixeira Pires, José Moreira Morais presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga, Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Francisco Manuel de Moura Mendes presidente da Junta de Freguesia de Barrosas Santo Estêvão, Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim, António de Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo, João Luís Meireles presidente da Junta de Freguesia de Covas, Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, José Manuel Nogueira presidente da Junta de Freguesia de Figueiras, Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada São Miguel, Amâncio Augusto Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa, Alberto Carlos Bessa de Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Francisco Machado representante legal do presidente de Junta de Freguesia de Nespereira, José Luís de Magalhães Pacheco presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira, Moisés Dias Ribeiro presidente da Junta de Freguesia da Ordem, José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias, Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Adrião Paulo de Sousa Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém e Maria de Lurdes de Castro, num total de quarenta e três membros. Estiveram também presentes senhor presidente da Câmara Jorge Magalhães e os senhores vereadores Pedro Machado, Leonel Vieira, Cristina Moreira, Maria Cândida Barreira e Eduardo Vilar. -----

----- A Presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- A presidente da Mesa começou por informar que tomou posse Abílio António Ferreira Alves, que veio preencher a vaga ocorrida por morte de Mário Fonseca e que José Augusto Campos de Barros substituiu o membro Branca de Sousa que comunicou uma ausência por trinta dias, Virginia Luzia dos Santos Monteiro substituiu o membro Cristóvão Simão que comunicou uma ausência por trinta dias, Elsa da Silva Duarte Marques substituiu o membro Joaquim Santos que comunicou uma ausência por um dia e que o presidente da Junta de Freguesia de Nespereira está representado pelo seu representante legal Francisco Machado. -----

----- A presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que apresentou justificação de falta à sessão ordinária de vinte e nove de Junho de dois mil e doze, o seguinte membro: Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares.-----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e nove de junho de dois mil e doze. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da ata da sessão de vinte e nove de junho de dois mil e doze, que foi aprovada por quarenta e dois votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: Claudia Patricia Lousada-----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão extraordinária de três de agosto de dois mil e doze. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da ata da sessão de três de agosto de dois mil e doze, que foi aprovada por quarenta e dois votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: Claudia Patricia Lousada -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e oito minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Manuel Mota e Sousa presidente da Junta de Freguesia de Casais -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP «Excelentíssima senhora presidente da Mesa em substituição, senhores secretários, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, senhora vereadora e senhores vereadores, excelentíssimos senhores membros integrantes da Assembleia Municipal, excelentíssimo público e representantes da comunicação social. As minhas primeiras palavras são para manifestar a minha satisfação pela presença, de novo, da senhora Dr.^a, a presidente da Assembleia, sinal de que seja de total recuperação. Umhas notas muito breves: e mais uma vez, tenho que voltar a focar a matéria “de cartas”. Recebi, por altura da realização de uma Assembleia de Freguesia extraordinária, para debater o problema da reforma administrativa, uma carta que me causou admiração, na medida em que não vinha sequer assinada. Reparando melhor, verifiquei que possivelmente o autor era, conforme consta em cima, “a comissão política concelhia de Lousada do Partido Comunista Português” e lendo melhor, sede em Penafiel. Fiquei realmente admirado, porque pensei que, sem conhecimento meu, já tinha sido feita a reforma administrativa e Lousada tinha sido anexado a Penafiel. Parece-me que não! Parece que se mantem, e é talvez por razões logísticas, que tenho que respeitar, que a sede é em Penafiel. Embora respeitando, como é obrigação minha e democrata que me honro de ser, todos os partidos políticos, e quem me conhece sabe a minha maneira de estar, sou um homem que comunga inclusivamente muitos dos princípios do partido comunista e do partido socialista e estou inclusivamente, talvez mais próximo desses ideais, do que da prática presente do partido em que me militei com muita honra, então o PSD, não posso de maneira nenhuma deixar passar em claro, sob pena de trair a minha consciência, o comunicado vergonhoso, sem ética, sem quaisquer princípios de democraticidade de que enferma esse mesmo comunicado. Como cidadão, tive influência direta na formação da coligação que constitui hoje a Junta de Freguesia, e felicito-me por isso, porque está uma Junta operacional. Quando foi da Assembleia, para discutir o problema da reforma administrativa, fui eu, assumo essa responsabilidade perante todos, que lançou a ideia de que prevendo a hipótese da freguesia se ter de juntar a qualquer uma outra, uma hipótese viável, pelo menos academicamente, a população fosse convidada a dar a sua opinião sobre a opção considerada mais favorável. Parece-me que isto é pura democracia, na sua mais profunda essência. E para não ter que recorrer a palavras minhas, um breve resumo do documento emanado pela Junta de Freguesia. E chamo atenção que se aqui estou a falar da freguesia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de Covas, foi a pedido e autorizado pelo senhor presidente de Junta, ali presente, que não quis, não digo arcar com essa responsabilidade, mas preferiu que fosse eu a tratar deste assunto. O senhor presidente está ali, poderá confirmá-lo, se necessário. Diz o comunicado, a circular feita aos cidadãos, que a primeira posição a tomar foi, “por não aceitar a agregação das freguesias”. Portanto a Assembleia votou, decidiu não aceitar a agregação das freguesias. Foi mencionado e bem aceite em assembleias, que somos contra a lei proposta e por isso defendemos que a freguesia fique só. Simplesmente, admitindo a hipótese de por legislação, imposição legal superior, ter de se juntar a outra, foi decidido fazer, nenhuma votação, nenhum referendo, um inquérito, apresentando varias opções. A população foi chamada a pronunciar-se, o resultado foi que a segunda opção seria, “Covas com Figueiras, como poderia ser outra qualquer”. Foi isto apenas que se passou. Se isto não é democracia, eu devo estar a viver noutra mundo. Ora em resposta recebi a tal carta que não vem assinada, mas isso deve ser distração, não deve ter qualquer outro sentido, em que considera o comunicado, (comunicado da freguesia) “uma farsa eleitoral”. “Covas só deixará de ser freguesia se os partidos aprovarem alguma lei nesse sentido”. Não é bem assim, que não sejam sequer os partidos a definirem. “PS, PSD e os ditos independentes não têm coragem para assumirem as suas responsabilidades”; isto é demagogia pura e entra num campo em que eu não entro. “A Assembleia de Freguesia convoca esta farsa eleitoral”; Farsa é de teatro, teatro não costumo fazer, nem os cidadãos de Covas e muito menos a Junta de Freguesia. Portanto esta palavra deverá ser pronunciada por quem estava em frente do espelho. “Não tem coragem de assumir a luta pelas freguesias e sua população”: isto é insultuoso. Considero isto politicamente um insulto à população e um insulto aos membros da Junta de Freguesia, executivo, Assembleia e a todos os cidadãos de Covas, em que eu me incluo. “Este referendo fantoche”, referendo fantoche, repito, acrescenta mais, “não aceito fazer parte desta palhaçada”; se nos outros partidos reina o circo, nos partidos que estão em Covas, só de vez em quando aparece lá um, e os palhaços não são de lá, vêm de fora. E depois fazem aqui um compromisso extraordinário, que não é mais do que a sua obrigação, o que na prática não corresponde à realidade, “O PCP tudo fara para defender a freguesia de Covas”. Gostaria de saber o que até agora foi feito? “A sua população, a história e identidade a esta terra e seu povo”, na freguesia, na Assembleia Municipal, aí acredito, ou na Assembleia da República, aceito também. “Temos apenas uma cara e uma palavra podem contar com o PCP na luta pela freguesia de Covas.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Até agora nada vi, nunca ninguém do PCP deu a cara. Eu pensei, recuei uns anos e vi-me no PREC. Ora se vivemos no PREC era preciso o vinte e cinco de novembro. Presentemente nem se vive em PREC, nem se deve sequer pensar no vinte e cinco de novembro. Eu vivi o PREC, eu vivi um vinte e cinco de novembro e longe de mim pensar sequer ter que repetir estas situações.» -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e dois minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Dora Manuela Rocha -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia em substituição, excelentíssima mesa, excelentíssimos senhores vereadores, deputados, comunicação social e público. Um tema que não pode passar despercebido, hoje em dia, prende-se com a manifestação do passado dia quinze de setembro. Uma manifestação de cidadania apartidária e com recados para todos os lados, para toda a classe política atual, dos últimos anos e que ninguém pode colocar-se à parte desta. Foi sem dúvida uma manifestação sem precedentes, talvez apenas, comparada com o ano de mil novecentos e setenta e quatro, as pessoas chegaram a um ponto de dizer basta. Basta de promessas que não podem ser cumpridas, basta existir um discurso enquanto oposição e depois outro enquanto governo, transversal a todo e a qualquer partido. E acima de tudo, basta de austeridade em cima de austeridade quando ninguém vê as melhorias anunciadas. Esta manifestação, mais cedo ou mais tarde iria surgir, não sei o que pensam os altos representantes do estado, mas todos nós que estamos na nossa vida laboral, sabíamos que isto algum dia iria acontecer. Mas essencialmente, o que despoletou tudo isto foi uma mera sexta-feira em que Passos Coelho resolveu apresentar uma série de medidas de austeridade que serviram para combater o falhanço da sua receita nas contas públicas. Com uma completa impreparação e sem a concordância de todos os membros do próprio governo, resolveu tirar um “coelho da cartola” com a diminuição da taxa social única, e o resultado foi o que toda a gente conhece. Mais do que continuarmos numa senda de assacar culpas para o PS, que mais uma vez repito, também foi responsável por esta situação em que vivemos, quer a coligação PSD/CDS, que prova diariamente não estar preparada para solucionar os problemas do país, as pessoas precisam de compreender porque fazem tantos sacrifícios e principalmente se estes irão resultar. É algo muito simples e ninguém até hoje viu qualquer tipo de melhorias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Todos nós sabemos, penso que é comum a qualquer um que aqui esteja que a receita da *Troika* está errada. Mas também todos sabemos que sem a *Troika* entraríamos em insolvência e isso é o pior dos cenários. Por isso, no mínimo o que se pode exigir a um governo é que deixe de negociar com os simples funcionários do FMI, do banco central europeu e da união europeia e clarifique a nossa posição junto de quem realmente manda nestas instituições. É claro que nós estamos a ser bons alunos, estamos a cumprir tudo o que podemos, algumas coisas é certo, mas o resultado é cada vez pior. Ainda hoje vimos que as metas do défice não foram cumpridas. Penso que falta aos nossos governantes a verdadeira capacidade política e de sentido de estado na união europeia, faz falta ver que a receita não resulta na Grécia, não resulta em Portugal, não resultará em Espanha, não resulta na Irlanda, não resultará em Itália, não resultará em lado nenhum. Quanto deixarem de nos ver como meros “pedintes”, mas sim como estado em pleno direito e membro da união europeu, mesmo que em dificuldades, mesmo em ajuda externa, nós temos que ser ouvidos. Já internamente, também falta aquilo que sempre disseram que iriam fazer, falar verdade. Quem não se lembra de Passos Coelho no verão de dois mil e onze dizer que era o início do fim da crise em dois mil e doze. Estamos em dois mil e doze, neste verão disse que a recuperação económica para dois mil e treze, e ninguém acredita nisto. Penso que o Passos Coelho numa noite de sexta-feira antes do futebol conseguiu quebrar todo o consenso político que havia ainda em Portugal, desde da oposição, aos próprios membros do partido, a toda a coligação, dos trabalhadores, aos empresários, da CGTP, à ACIP, tudo. Conseguiu quebrar um consenso único que existia em Portugal. E como se não bastasse, também fez um comité de aconselhamento da coligação, ninguém percebeu isso. Como se não bastasse, não disse uma única palavra sobre a única coisa positiva que nos aconteceu nos últimos tempos que foi a possibilidade da compra de dívida aos países intervencionados por parte do Banco Central Europeu. A tal medida que ele dizia que era impossível, que não concordava. Portanto isso de certeza que irá ajudar o país. Até hoje assistimos a uma política para ir além da *Troika*, isso falhou, o governo insiste em redobrar as medidas. Se falhou, o que é que nós vamos fazer para combater, redobrar, a mesma receita, mas em dobro. Isto é preocupante, achar que uma receita que não funcionou em dois mil e doze, possa funcionar em dois mil e treze. Uma política de austeridade que dizia que o desemprego iria atingir o máximo dos doze, ponto nove, está bem próximo dos dezasseis e ainda por cima com tudo isto, de certeza que irá atingir os vinte por cento. Uma receita que falha na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dívida, falha no défice, falha no desemprego, falha no crescimento e, ainda nos dizem que nós estamos no bom caminho. Se com estas medidas não conseguimos chegar este ano aos quatro vírgula cinco por cento, depois foi acordado cinco, agora vimos seis ponto oito, a meio do ano. Como é que alguém pensa que tudo isto irá resultar. E perante todos estes acontecimentos, com as pessoas na rua a berrar aos ouvidos de Passo Coelho, ele ainda consegue ser constantemente humilhado, tanto pelos próprios membros do governo, Paulo Portas que disse que não tinha nada a ver com o assunto, Cavaco Silva chama o Conselho de Estado quando tinha lá o chefe de Vitor Gaspar. Portanto tudo isto não se percebe e percebe-se, que hoje em dia e, é aquilo que nós temos ouvido na comunicação social, a própria social-democracia do PSD acabou. Acabou, nos membros que estão no governo, penso que haverá muito mais gente que promove, e bem isso. Acima de tudo, penso que os portugueses precisam de perceber porque que é que o PIB caiu três vírgula três por cento, que existem em média, quatrocentos e sessenta novos desempregados, por dia, e mesmo assim com uma estrondosa quebra nos rendimentos do trabalho. Precisam de perceber porque é que lhes prometiam que em dois mil e onze, com aquelas medidas e, conhecendo a situação que estava a ser levada a cabo, como se não bastasse, posteriormente, chegamos quatro vírgula cinco do défice mas afinal isso não é verdade estamos nos tais seis, ponto nove, seis, ponto oito. As pessoas precisam principalmente de saber porque é que a dívida pública no período imediatamente anterior à intervenção da *Troika* sofria um aumento de dois mil e dez para dois mil e onze de vinte vírgula sete milhões de euros, mas no período já sob a égide da *Troika*, supostamente iríamos melhorar, iríamos fazer algo para contrariar isso, aumentou vinte e seis vírgula seis mil milhões. As pessoas questionam-se, mas acima de tudo acho que chegou a um ponto que não precisamos de culpar nem PSD, nem CDS, nem oposição, conforme dá jeito, mas sim, perceber o porquê, quais as razões que antes da *Troika* o PIB caía zero vírgula sete e agora cai um vírgula seis. Porque que a dívida pública correspondia a noventa e sete por cento do PIB e agora está nos cento e dezasseis por cento. É isso que as pessoas pretendem, que lhes expliquem o porquê do sacrifício. Para além de tudo isto, as pessoas, ainda por cima, são confrontadas com posições típicas de regimes que vingaram no século passado. Ouvimos Manuela Ferreira Leite dizer que as pessoas com mais de setenta anos deviam pagar os tratamentos de hemodiálise, se calhar foi um lapso, perdoou-se. Depois ouvimos o próprio secretário de estado da saúde dizer e admitir publicamente há cerca de meio ano: “ que algumas terapias usadas em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

certos pacientes com cancro, podem deixar de ser financiadas em breve pelo serviço nacional de saúde”. E eis que ontem surge o presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, a dar luz verde ao ministério da saúde para limitar o acesso aos medicamentos mais caros para tratar doenças como a sida, o cancro, doenças reumáticas, referindo ainda: “ não é só legítimo, o mais que isso desejável, vivemos numa sociedade em que independentemente das restrições orçamentais não é possível em termos do cuidado de saúde todos terem acesso a tudo” Meus caros, algo se passa, algo está mal e não é coincidência nós vemos sistematicamente algumas destas petições serem levadas a cabo. Quando se pensa que a história já apagou algumas destas situações parece que estamos a viver o mesmo filme, daqui a pouco chegamos a um hospital pagamos a taxa moderadora e dão-nos um comprimido de cianeto que é despesa. Portanto mais vale morrer. É lógico que não é bem assim, toda a gente sabe. Há certas afirmações que levam o povo, em algum extremismo é certo, pensar em algumas coisas destas. Há mais de um ano, eu disse aqui nesta Assembleia que corríamos o risco de ver substituído o termo tratamento por despesa, ver substituído o termo doente por contribuinte, e chega a um ponto que isso parece que está a ser feito. Alguém tem de perceber isto, alguém tem de parar esta senda. Isto não está a levar o país a lado nenhum, o povo está a ressentir. E acima de tudo as pessoas precisam de perceber o que esse está a passar na europa, na *Troika* e no governo. Nós não queremos eleições antecipadas, nós não promovemos revoltas populares, queremos apenas perceber o que é que se está a passar.» -----

----- Eram vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Antero Leal presidente da junta de Freguesia de Lodares. -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Senhora presidente desta Assembleia, senhores membros da Mesa, senhor presidente de Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, público e comunicação social. Em referência àquilo que o meu amigo, digníssimo que muito estimo senhor capitão Campos de Barros referiu, do partido comunista andar a entregar à população de Covas uma comunicação para as pessoas não aderirem ao “referendo fantoche” que era ilegal. As opções eram três, era juntar a freguesia de Covas com duas freguesias e outras três opções com três freguesias. Não tinha lá no respetivo documento, em que era para deixar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Covas como está, não acabar com a freguesia. Continuando a resposta o centro de trabalho de Penafiel comporta as concelhias do Vale do Sousa, não só por uma questão de logística mas também financeira. Desta maneira podem contar com o PCP não só pela defesa da freguesia de Covas mas de todas as freguesias do concelho. Inclusivamente pela Moção apresentada vai fazer agora um ano, e hoje também uma Moção será apresentada no sentido de não acabar, não liquidar as freguesias. Podem contar com o partido comunista para não acabar com as freguesias. É um direito democrático de Abril. Já agora ao senhor presidente da Câmara queria referenciar o seguinte: no passeio da Rua Palmira Meireles, antiga Estrada Nacional 320, existem no passeio uns buracos, por falta de grelhas ou tampas, aonde encaixam os tubos dos caleiros do Edifício São Sebastião, sei que já caíram lá pessoas devido à falta dessas tampas e grelhas, alertava o senhor Presidente da Câmara, se o empreiteiro se esqueceu de as colocar. Também junto a esse local, os semáforos afetos aos peões, para quem atravessa a passadeira da Travessa de São Sebastião em direção à Avenida Amilcar Neto, não estão a funcionar há já várias semanas. Necessário precaver antes que acidentes ocorram.» -----

----- Eram vinte e duas horas quando deu entrada na Assembleia os seguintes membros: Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo e João Avelino presidente da Junta de Freguesia de Lousada (Santa Margarida) -----

----- Intervenção do Sr. José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Lamento ter de corrigir o meu amigo deputado Xavier Pires mas houve distração, português sabem ler, ele e todos os seus camaradas, de certeza absoluta, mas olvidou o aspeto importante que eu aqui frisei: é que a decisão da Assembleia foi negar-se a qualquer fusão. Está aqui escrito no comunicado mas parece ser conveniente ao meu amigo não fazer referência a este facto agora; faço-o eu. O resto foram apenas alternativas para a hipótese de instâncias superiores obrigarem a qualquer fusão. E face a essa obrigatoriedade o povo foi consultado democraticamente; lá é assim que sucede, dentro do PCP não sei se é ou não, Lá tem sido assim. O povo pronunciou-se e a decisão da Assembleia com que o povo concordou foi manter-se fiel a si próprio. Covas mantem-se. É um lapso, pela amizade que tenho, desculpo.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Digníssima senhora presidente da Mesa, senhores membros da Mesa, executivo, senhores deputados e colegas, excelentíssimo público. Fomos confrontados esta semana com uma declaração do presidente da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa que deu conta que na nossa região do Vale do Sousa existe uma taxa de desemprego que ronda os vinte e um por cento, cerca de vinte e cinco mil pessoas, é um drama social que estamos a começar a sentir, todos nós temos conhecimento. Portanto penso que não será de mais deixar de alertar esta Assembleia os presidentes das Junta de Freguesia e sobretudo também o executivo da Câmara que é necessário, que urge redobrar os esforços para evitar um drama social que ao tudo se crê vai agravar-se, tendo em conta aquelas questões políticas que estão definidas. Deixar esta achega junto desta Assembleia em nome também do partido socialista que é necessário de facto que todos nós, com menos meios certamente e com menos dinheiro, dobrarmos o esforço e fazermos mais e melhor trabalhando também junto das instituições do concelho e junto das pessoas que podem ajudar e podem fazer alguma coisa.» -----

----- De seguida foi apresentada a proposta número dez do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor ao atleta lousadense da Associação do Porto de Paralisia Cerebral, Miguel Ângelo Oliveira pela conquista do título de campeão europeu de tricicleta” -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número dez que foi aprovada por unanimidade de quarenta e oito votos. -----

----- A proposta número onze do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio em memória de Mário Fernando Ribeiro Pacheco da Fonseca, membro desta Assembleia desde 1985 e presidente desde 1990. Homem de causas nobres, devotou-se a Lousada e às suas gentes de forma apaixonada, profundamente identificado com as suas necessidades e aspirações através de uma participação e atividade cívica exemplar sempre na defesa intransigente dos interesses do concelho. Se o seu humanismo, espírito solidário e consciência social se manifestaram, especialmente, junto dos mais pobres e desprotegidos, o seu amor a Lousada ficou evidenciado no envolvimento nas mais variadas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

handicap's, os seus problemas e as suas valias, evidenciando assim a sua beleza e a sua forte paixão nutrida por esta terra, pelo concelho de Lousada, seu e também nosso. Pelo Homem, ilustre lousadense, pelo desportista, pelo associativista, pelo professor, pelo médico, e também pelo presidente desta digníssima Assembleia Municipal, à família enlutada, à Mesa desta digníssima Assembleia, ao Partido Socialista de Lousada, a CDU-Lousada, e em nome pessoal e do partido comunista português, endereço sentidas condolências.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima Assembleia Municipal, pois não é fácil demonstrar este sentido de pesar pelo falecimento do Dr. Mário. Efetivamente como tivemos a oportunidade de dirigir à Mesa da Assembleia Municipal, uma nota de pesar pelo falecimento do Dr. Mário, tivemos divergências e diferenças políticas bem patentes e bem conhecidas no seio desta Assembleia Municipal. O que não invalida e o que não implica que não reconhecamos o perfil e a valia do homem social, daquele devoto a Lousada e aos lousadenses que sempre foi no percurso de vida o Dr. Mário Fonseca. Efetivamente esse é o grande registo que nos deixa, que fica gravado na nossa memória e na memória dos lousadenses. Muitos daqueles com quem ele privou mais de perto terão mais palavras a acrescentar a esta nossa, minha opinião. Efetivamente o bem-querer o carinho e o devoto que sempre mostrou a Lousada e aos lousadenses merece todo o nosso respeito, todo o nosso louvor e o nosso sentido de pesar pelo falecimento do Dr. Mário Fonseca.» -----

----- Eram vinte e duas horas e vinte e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Jorge Manuel Neto -----

----- Intervenção do Sr. Mário Sérgio do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhora presidente da Mesa da Assembleia e senhor secretário, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, público e comunicação social. O falecimento do Dr. Mário Fonseca constituiu um dos acontecimentos mais tristes da história de Lousada. Não há um único lousadense, verdadeiramente digno desse nome que não tenha sentido mágoa, luto e consternação, pela perda de uma das figuras mais emblemáticas da nossa terra e das mais relevantes de todos os tempos. O Dr. Mário não era um lousadense qualquer, exatamente porque era o exemplo supremo de lousadense. Estivesse onde estivesse, em qualquer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ponto do país ou do mundo, ele que era o eterno viajante, abria a sua alma bairrista, colocando Lousada ao nível dos melhores destinos, local de realização e sítio de felicidade. Não o fazia por apologia encenada, propaganda fácil ou protagonismo extravagante: fazia-o por convicção, por sentimento, orgulho à sua terra e às suas gentes. Lousada era o seu enlevo e ele o seu filho muito amado. O Dr. Mário e Lousada eram modelo de sincretismo, de cumplicidade, de fusão identitária de necessidade recíproca. Alimentavam-se mutuamente. Não saberemos jamais se Lousada necessitava mais do Dr. Mário do que este da terra dos seus encantos. Nem interessa agora proceder a essa avaliação. No entanto poderemos de certo modo inferir o quanto o concelho para ele representava após sabermos o quanto nos custa estarmos privados da sua companhia. A realidade é demasiado dolorosa quando confrontados com a crueza da sua ausência. Do médico dedicado atencioso humano e solidário ao cidadão ativo, empenhado participante e desprendido, ergue-se uma personagem ímpar de grandeza e de humildade de sabedoria e descrição de autenticidade e voluntarismo. A sua generosidade coerência e verticalidade serão impagáveis da memória assim como o entusiasmo veemência e determinação na defesa intransigente dos interesses do concelho. O cargo de presidente da Assembleia Municipal, que desempenhou com notável clarividência desde 1990, exprimia, muito mais do que o poder institucional inerente a consagração de figura número um no concelho, que com toda a legitimidade, justiça, reconhecimento e simbolismo lhe pertencia. Era um património de que todos nos orgulhávamos, já perpetuado na memória coletiva. Para além das devidas homenagens que seguramente, lhe serão prestadas nos próximos tempos, resta-nos seguir o seu exemplo, abraçar com perseverança as suas causas, prosseguir com a mesma indómita vontade, a construção de um concelho cada vez mais próspero. Figurando já, por mérito próprio, na galeria das personalidades mais representativas da nossa história, que a coincidência da comemoração dos 170 anos de Vila, assinalados este ano e os 500 anos do Foral em dois mil e catorze, mais fazem acentuar, o Dr. Mário Fonseca surge como referência e estrela-guia. Certamente a Eternidade lhe dirá como Jorge de Sena: “ Vens a mim pequeno como um Deus, frágil como a terra, morto como o amor, e eu recebo-te para a intervenção da minha grandeza, para rodeio da minha esperança e pálpebras de astros nus. Nascestes agora mesmo. Vem Comigo.” Na primeira metade do Século XX, um filósofo e republicano que foi ministro da educação e reitor da universidade do Porto, Dr. Leonardo Coimbra dizia: “ O homem não é uma inutilidade num



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mundo feito, mas obreiro de um mundo a fazer”. O Dr. Mário Fonseca encarnou perfeitamente este tipo de personagem, em muito tendo contribuído para a construção de um mundo melhor e mais fraterno. Sigamos o seu exemplo. Dr. Mário! Para sempre!» -----

----- Intervenção do Sr. Jorge Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu penso que esta sessão é uma das sessões mais importantes da Assembleia Municipal de Lousada dos últimos anos. É uma sessão que além das matérias da ordem do dia, comporta também a homenagem a alguém, que eu creio que é uma das personalidades mais relevantes de Lousada dos últimos trinta anos. É alguém que eu conheci de perto, um dos meus melhores amigos, que conhecia há mais de quarenta anos, com quem convivi na minha adolescência, mesmo na minha infância, juventude e ao longo dos últimos vinte, trinta anos da minha vida adulta. Que me introduziu a algumas das pessoas mais relevantes do meio aqui de Lousada, do meio cultural, académico, político. Foi através do Dr. Mário Fonseca que conheci por exemplo, o Dr. Jorge Magalhães, atual presidente da Câmara de Lousada. É uma pessoa com quem tive o privilégio de conhecer um pouco daquilo que é a natureza humana no seu melhor. O Dr. Mário Fonseca tinha uma particularidade nobre e única de ser frontal, direto, mas sensível relativamente àquilo que eram as questões da amizade, da lealdade, da frontalidade e da verticalidade. Era um homem que eu referencio como exemplo na minha vida na sua dupla vertente humana e profissional e política também. Humana e profissional pela sua dedicação ao seu concidadão, pela nobreza como exerceu a sua função de médico. Muitas vezes revisitava o Dr. Mário Fonseca naquela célebre figura da nossa literatura do João Semana, o médico que dedicava tudo o que sabia na área da medicina para ajudar o seu concidadão. Nunca se preocupando com qualquer cariz de natureza mercantilista no exercício da sua atividade. Era de facto uma dedicação nobre, porventura da mais pura interpretação daquilo que é o juramento de Hipócrates, de ajuda ao seu semelhante sem esperar qualquer retribuição ou qualquer contrapartida dessa mesma dedicação. O Dr. Mário Fonseca tinha de facto essa particularidade, era a dedicação ao seu concidadão sem nunca esperar qualquer tipo de retribuição ou compensação material e esse é um exemplo para mim do ponto de vista do sacerdócio da medicina de que o Dr. Mário Fonseca foi seguramente um lídimo representante e exemplo para todos nós. Mas reconheço também e surpreendo nele a vertente de cidadão, cidadão desde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

logo de Lousada, pelo amor que tinha de facto ao concelho, pela dedicação que sempre teve pelas causas do concelho, pelas associações do concelho e pela população do concelho. O Dr. Mário Fonseca era um lousadense de primeira água, de pura gema e de puro quilate. Independentemente das divergências políticas e até clubísticas que possamos ter tido ao longo dos anos, eu surpreendo e reconheço no Dr. Mário Fonseca a exemplaridade do gesto e da atuação na sua vida de cidadão exemplar e de lousadense ilustre que foi. Aqui nesta sala muitas vezes divergimos todos nós do Dr. Mário Fonseca, por vezes até vociferámos cobras e lagartos relativamente à forma como conduzia os trabalhos. Era o seu estilo, o estilo dele mas nunca deixei de reconhecer nele a seriedade, a honestidade, a probidade, a verticalidade que faz dele um homem com “H” grande e que ficará para sempre na memória de todos nós e particularmente na minha memória pessoal. Terminei lembrando uma intervenção de João Lobo Antunes, a propósito de uma homenagem que prestou a um amigo também falecido cientista e investigador ilustre, e em que eu me revejo nesta hora de homenagem ao Dr. Mário Fonseca. João Lobo Antunes, reconhecido neurocirurgião, uma personalidade ilustre da nossa vida cívica, dizia nessa homenagem que na nossa vida encontramos três grupos de pessoas, ao longo da nossa vivência. Um primeiro grupo de pessoas que nos é indiferente, que nós conhecemos, com quem partilhamos alguns momentos do nosso dia-a-dia, mas que nos passam relativamente indiferentes aquilo que é o nosso trabalho, os nossos projetos e os nossos anseios. São pessoas que se cruzam connosco mas que não nos dizem nada em particular e este é o primeiro grupo. Há depois um segundo grupo de pessoas que nós conhecemos e que gostaríamos de nunca ter conhecido. São pessoas que pelo seu estilo de vida, pelo seu oportunismo, pela sua falta de carácter e de personalidade, pelo seu comportamento avesso às boas regras de conduta nos causam algum repúdio, alguma repulsa e que nós desejávamos nunca ter conhecido na nossa vida. Depois há um terceiro grupo de pessoas que nos toca profundamente, que nos emociona, a quem nos ligam profundos laços de fraternidade e de amizade e que nós não conseguimos nunca esquecer, fazem parte da nossa vida e fazem parte da nossa memória coletiva. O Dr. Mário Fonseca fazia parte deste último grupo de pessoas. É alguém que para sempre perdurará na minha memória como um amigo de primeira água, como um amigo impar na sua bondade, na sua generosidade, uma pessoa reta, probo, acima de qualquer suspeita. Eu penso que Lousada tem uma dívida para com o Dr. Mário Fonseca, independentemente das divergências políticas que alguns de nós possam ter tido com o Dr. Mário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Fonseca, penso que é unanimemente conhecido o seu papel como um dos mais ilustres lousadenses dos últimos trinta ou quarenta anos desta vila e deste concelho. E nessa medida eu atrevo-me a sugerir, por minha exclusiva iniciativa, que Lousada, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal de Lousada ponderem e reflitam uma forma de perpetuar o nome Dr. Mário Fonseca relativamente á sua ligação ao concelho que ele sempre amou, que foi o concelho de Lousada. Penso que o Dr. Mário Fonseca, designadamente pela sua ligação à área do desporto seria por exemplo, e esta é apenas uma mera sugestão, um nome indicado para apadrinhar o complexo desportivo de Lousada. Recordo-me do Dr. Mário Fonseca e da sua afeição à Associação Desportiva de Lousada, ao futebol e a tudo que eram associações recreativas e desportivas do concelho. Conheço também o empenho e a adesão que ele deu desde sempre ao projeto do complexo desportivo, porventura sendo essa uma obra, com todas as vantagens e desvantagens que alguns de nós reconhecemos, mas sendo uma obra de vulto, indiscutivelmente perene para o concelho de Lousada. Porventura não seria estulto da nossa parte adiantar o nome Dr. Mário Fonseca como padrinho do complexo desportivo de Lousada e que dora avante o mesmo passasse a ser designado “Complexo Desportivo Dr. Mário Fonseca”. Esta é minha sugestão singela, esta é a minha homenagem pessoal. Sendo certo que ela se funda no meu coração, na memória e na recordação daquilo que foram os tempos imemoriais de convívio, confraternização, de um homem com “H” grande que foi o Dr. Mário Fonseca. Um lousadense único e ímpar que ficará para sempre na história deste concelho.» -----

----- Posta à votação, a proposta número onze, foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. -----

----- Foi ainda apresentada Moção A do seguinte teor: “A reforma administrativa prevista na Lei nº 22/2012 de 30 de Maio foi elaborada de “régua, esquadro e compasso”, contra as populações e sem respeitar os autarcas. Consequentemente, esta Reforma Administrativa a ir por diante, vai provocar profundas divisões entre Freguesias, potenciar a instabilidade social, delapidar o serviço público, destruir a relação de proximidade existente entre eleitos e eleitores e, acima de tudo, fará com que se perca a identidade local de um povo. O Governo está isolado na defesa desta Reforma, na medida em que todos Partidos da Oposição com assento Parlamentar (PS,PCP,BE e PEV), bem como Associações Locais, Movimentos Distritais e Nacionais pela Defesa das Freguesias já se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

manifestaram contra a imposição desta lei. A “Manifestação em Defesa das Freguesias”, ocorrida no dia 31 de Março, em Lisboa, congregou a vontade de mais de 250 mil pessoas, oriundas de todo o território Nacional, incluindo as Ilhas, assim como as conclusões do II Encontro Nacional de Freguesias realizado no dia 15 de Setembro em Matosinhos. Facto que não pode ser desconsiderado pelos Governantes. O falhanço verificado na revisão da Lei Eleitoral reflete a inércia deste Governo para liderar esta reforma autárquica e deve servir de estímulo para a luta contra a extinção de Freguesias. O Governo acabará por ser derrotado pela sua estratégia, ficando preso na sua teia prepotente e autocrática. Face à situação atual conclui-se: a) Não existir um quadro político e social estável para aplicar esta Reforma Administrativa; b) A insistência nesta Lei causará sérios prejuízos ao processo eleitoral autárquico em 2013, uma vez que não existe tempo suficiente para uma eficaz, responsável e serena elaboração dos novos cadernos eleitorais; c) A identidade das Freguesias jamais será salvaguardada pela expressão “União das Freguesias”, pelo que está em causa a soberania e autonomia locais; d) Verificar-se uma ausência de referência concreta ao reforço de competências e recursos financeiros das Freguesias, limitando-se a elencar alguns domínios, mas deixando dependente a sua atribuição apenas em função “das suas específicas características demográficas”; e) A Lei da Reforma Administrativa não salvaguarda os direitos dos trabalhadores da administração local e, em particular, não garante a manutenção dos respetivos postos de trabalho após a consumação das agregações previstas; f) A Carta Europeia da Autonomia Local foi desrespeitada, na medida em que esta Reforma deveria ter sido precedida de consulta popular; g) Pode estar em causa a violação do Princípio da Igualdade, consagrado na Constituição da República Portuguesa, uma vez que a Lei nº 22/2012 favorece as Freguesias que se agreguem voluntariamente: majoração de 15% nas transferências financeiras; h) A menos de um mês do fim do prazo de pronúncia, apenas algumas dezenas de Assembleias Municipais apresentaram mapas administrativos alternativos, facto que reflete a discordância e oposição do Poder Local. A Assembleia Municipal de Lousada, reunida em 28 de Setembro de 2012, delibera: 1 - Considerar que qualquer reforma da Reforma da Administração deve dar prioridade ao cumprimento do imperativo constitucional de criação das Regiões Administrativas, envolvendo os autarcas e populações; 2 - Repudiar a Lei nº 22/2012 de 30 de Maio; 3 - Considerar que o processo de reforma de administração local deve iniciar-se pela definição de um novo quadro de competências próprias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

das Juntas de Freguesia, bem como pela discussão da Lei das Finanças Locais e da Lei Eleitoral Autárquica; 4 - Considerar que a Reforma da Administração Local deve respeitar o princípio da adesão voluntária; 5 - Rejeitar a majoração prevista para as Freguesias que se agreguem voluntariamente, uma vez que não se deve utilizar o reforço dos recursos financeiros como “arma de arremesso” para impor uma reforma; 6 - Manifestar a determinação de continuar a defender autonomia e identidade locais; 7 - Exortar as Assembleias Municipais para não apresentarem nenhum mapa administrativo alternativo dentro do prazo de pronúncia; 8 - Sensibilizar a Associação Nacional de Municípios para, no seu Congresso, se manifestar contra esta Reforma Administrativa; 9 - Requerer à ANAFRE a aferição (junto do Tribunal Constitucional) da Constitucionalidade Sucessiva da Lei nº 22/2012 de 30 de Maio e da violação da Carta Europeia da Autonomia Local; 10- Remeter esta Moção ao senhor Presidente da República Portuguesa, senhor Primeiro-ministro, senhor Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, Líderes Parlamentares, ANAFRE, ANMP, aos órgãos de comunicação social locais e nacionais” -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Para reforçar a moção apresentada pela CDU sobre a reorganização administrativa, isto não traz benefícios administrativos, faz com que se abra uma guerra e revolta com as populações, devido ao seu passado histórico, à sua identidade, às suas raízes e ao seu bairrismo. A Democracia deixa de estar próxima do cidadão. Em termos de custos e de poupança do erário público, as freguesias não fazem obra de grande monta, não fazem estádios, aeroportos, etc. Sendo os seus custos mínimos o efeito é reduzido, limitando-se os seus órgãos autárquicos, a vencimentos de membros, caso estejam a tempo inteiro, o que não se verifica em Lousada. Na questão de proximidade, órgão autárquico e população, em especial os mais idosos, não descurando os agregados que recorrem aos apoios sociais, com especial enlevo, nas freguesias limítrofes do concelho, e distanciadadas da sua sede concelhia, em que o papel de grande importância dos senhores presidentes da Junta e restantes membros, é de uma grande importância para os seus concidadãos que residem na sua área, pondo esses elementos das Juntas de Freguesia, não só os recursos públicos, como também muitas e diversas vezes os próprios para acudir e fazerem face às pretensões dos concidadãos, garantindo-lhes assim melhor qualidade de vida. Por isso a CDU apresentou esta Moção à Mesa da Assembleia, contra esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

reorganização administrativa do governo central, com conluio do senhor presidente da República, que estão a fazer uma política inconstitucional, e anti - democrática contra os interesses do povo que os elegeram.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Apenas para referir que o nosso sentido de voto será uma abstenção sobre a Moção e que toda a discussão sobre este assunto será tida na ordem de trabalhos, no décimo quarto ponto. Portanto transferimos a discussão deste assunto para respetivo ponto da ordem de trabalhos.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Tal como foi dito pelo senhor Carlos Nunes, discutiremos isto no ponto catorze, se bem, que iremos votar favoravelmente.» -----

----- Posta à votação, a Moção A, foi aprovada por trinta e sete votos a favor e doze abstenções dos seguintes membros: Carlos Manuel Nunes; António Filipe Barbosa; José Campos de Barros; Jorge Manuel Neto; Cláudia Patricia Lousada; Joaquim José Bessa; Virginia Santos Monteiro; Maria Emilia Chamusca; Alberto Carlos Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira; Antonio de Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei; Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo; Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares.-----

----- Apresentada a Moção B do seguinte teor: “ O acentuar do agravamento da situação de crise económica e social no país tem naturais reflexos ao nível da estrutura social e económica do nosso concelho. Muitas famílias lousadenses vêm-se obrigadas a grandes sacrifícios económico-financeiros para cumprirem as suas responsabilidades contributivas e fiscais perante as respetivas instituições governativas e municipais. A coligação Lousada Viva entende que as instituições governativas devem ser o garante para o apoio efetivo e primordial às famílias em situação de dependência social. No domínio de intervenção direta da Câmara Municipal está, entre outras possibilidades, a fixação das taxas do IMI. Pelo que, visto que as receitas municipais provenientes deste imposto têm vindo a aumentar nos últimos anos; considerando que as novas regras de tributação e avaliação patrimonial têm surtido em avaliações exponenciais do património edificado, provocando aumentos substanciais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

no valor total do imposto a liquidar; e considerando ainda o término de muitas isenções atribuídas à primeira habitação de muitas famílias lousadenses; entende o grupo municipal da coligação Lousada Viva que a Câmara Municipal está em condições de orientar a sua política social para o apoio e ajuda às famílias lousadenses no geral e principalmente àquelas com maiores dificuldades. Assim, o grupo municipal da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 13º do Regimento desta Assembleia Municipal, apresenta a seguinte moção: Deve a Câmara Municipal fixar a taxa de IMI, para o ano de 2013, sobre os prédios urbanos, em 0,3% mantendo inalteradas as outras taxas existentes sobre imóveis”. -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «O preâmbulo da Moção já refere e evoca aqui as razões principais desta nossa proposta à Câmara Municipal. Pois bem no domínio da intervenção direta da Câmara Municipal, esta tem alguns instrumentos ao dispor que possibilitem um maior apoio às famílias lousadenses. E esse apoio será tanto mais necessário quanto maior é a dificuldade, quanto maior é o esforço de muitas famílias para fazerem face à sua carga contributiva no presente. Efetivamente não constitui nem constituirá uma novidade para a comunidade política local esta nossa proposta à Câmara Municipal, aliás ela tem vindo em linha de coerência com Moções em anos anteriores apresentadas, quer na Câmara Municipal, quer no âmbito da Assembleia Municipal. Portanto aquilo que se apela é que a Câmara Municipal no domínio da sua intervenção direta tenha em consideração este instrumento de apoio às famílias lousadenses, que como diz o preâmbulo da Moção, atravessam também enormes dificuldades económicas e financeiras e como tal veem-se obrigadas a um grande esforço para fazer face às suas responsabilidades contributivas.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Ora bem, estamos aqui num impasse, nós concordamos na generalidade com aquilo que foi dito. Contudo penso que para já é baseada em alguns pressupostos ainda dúbios e que ainda não são conhecidos. Nós temos uma Moção que irá ser apresentada em seguida, devidamente sustentada, balizada e que na minha interpretação vai mais de encontro àquilo que será o conhecimento futuro dessa possível redução do IMI que nós também postulamos. Portanto sem contrariar concretamente a Moção apresentada pela coligação “Lousada Viva”, nós vamos votar contra porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

achamos que temos uma Moção bem mais adequada e direcionada para aquilo que nós perspetivamos futuramente. Mais uma vez concordamos na íntegra, contudo podem ver porque vamos discutir brevemente uma Moção que vai exatamente neste mesmo sentido. A meu ver não fazia sentido estarmos a aprovar uma coisa que quanto a nós está mais limitada do que uma que está mais detalhada.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Se eu há pouco referi que não constituiria novidade para a comunidade política local a apresentação da Moção da coligação “Lousada Viva” sobre a redução da taxa do IMI. Sendo uma faculdade da Câmara Municipal para o efeito, de facto há aqui uma surpresa para a comunidade política local, é que pela primeira vez vejo o grupo da bancada do partido socialista a vir ao nosso encontro. Portanto trata-se apenas do detalhe mas não da essência e sendo a essência o principal, o objeto que nos deve mover, fico satisfeito com esse aproximar de intenção àquilo que sempre foi uma linha de conduta e de coerência da coligação “Lousada Viva”. Aguardaremos para apreciar o detalhe da Moção do partido socialista no entanto a essência das Moções sendo idêntica não percebo porquê votarem contra.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Dr. Carlos Nunes desde logo dizer uma coisa, o votar contra é por um simples motivo, como compreenderá. Não é pela essência até porque já falamos aqui dos problemas sociais que neste momento a região é confrontada. A sua Moção coloca um bocado o “carro à frente dos bois”, por um simples motivo, como ainda não saiu o orçamento de estado para dois mil e treze que vai conter as balizas percentuais através das quais os municípios poderão definir as taxas de IMI. Nós ainda não sabemos se poderá ficar no zero ponto três. O governo PSD.CDS-PP poderá ainda balizar ou uma distância mais curta ou então fixar ele próprio o montante que não possa vir a ser alterado. Daí que nós consideremos, como será dito de seguida que a Moção do PS não obstante ir de encontro àquela que é a essência também aqui manifestada PSD.CDS-PP, não coloca essa baliza mas deixa desde logo a própria essência que nós queremos que seja delimitada para o futuro.» -----

----- Posta à votação a Moção B, foi reprovada por trinta votos contra dos seguintes membros: Abílio Alves; Alberto Oliveira; João Carlos Correia;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Nelson Oliveira; João Ferro; José Nogueira; Ana Margarida Neto; Rui Magalhães; Filipa Ventuzelos; Dora Rocha; Joaquim Cardoso; Elsa Marques; Joaquim José Rocha; Maria de Lurdes Castro; Mário Sérgio Cunha; José Moreira de Morais presidente da Junta de Freguesia de Alvarenga; Francisco Manuel Mendes presidente da Junta de Freguesia Barrosas (Santo Estevão) António Carlos Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nogueira; Eduardo António Taveira presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo; Amâncio Augusto Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa; Adrião Paulo Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela; Manuel Rolando Pinto presidente da Junta de Freguesia de Lousada (São Miguel); João Luis Meireles presidente da Junta de Freguesia de Covas; Antero Pinto Leal presidente da Junta de Freguesia de Lodares; Carlos Manuel Fernandes presidente da Junta de Freguesia de Torno; Antonio Joaquim Queirós presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém; Manuel da Silva Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Aveleda; José Ribeiro da Silva presidente da Junta de Freguesia de Pias; Dora Manuela Santos presidente da Junta de Freguesia de Boim; José Luís Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde e dezanove votos a favor.-----

----- Apresentada ainda a Moção C do seguinte teor: “ O Grupo Municipal do Partido Socialista de Lousada vem por este meio apresentar uma moção de protesto face ao fim anunciado do período de discriminação positiva das ex-SCUT, nomeadamente A42 e A41, em defesa do superior interesse dos Lousadenses, por entender que este se trata de mais um ataque aos cidadãos, ao poder de compra e à saúde financeira das empresas da região, exigindo a continuidade futura deste mecanismo de discriminação positiva. Porque o fizemos anteriormente em relação às SCUT e ao posicionamento do anterior governo, voltamos a manifestar o nosso desagrado, desta vez contra o fim da discriminação positiva, apesar desta já de si, não ser a melhor solução. Numa altura em que são pedidos cada vez mais sacrifícios aos Portugueses, seja mediante o aumento dos impostos quer na diminuição real dos salários, numa altura em que o combustível não pára de aumentar e o desemprego dispara numa das regiões mais jovens, populosas e sensíveis do país, estas autoestradas revestem-se de uma importância extrema para a dinâmica empresarial da nossa região, servindo como um auxiliar de trabalho fundamental, quer para os cidadãos que trabalham na região do grande Porto, quer para as empresas que usam regularmente estas vias, de modo a colmatar a ausência de encomendas na região, dando particular



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

importância à exportação. Por todos estes factos, propomos a todos os membros da Assembleia Municipal de Lousada a aprovação unanime desta moção, que deverá ser enviada para a Presidência da Republica Portuguesa, gabinete do Primeiro-ministro e gabinete do Ministro da Economia e do Emprego”.-----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «A moção é clara não há muito a discutir, mais uma vez é o nosso dever porque o fizemos anteriormente, reclamar mais uma vez uma vá tentativa quem saberá para que os direitos dos cidadãos possam prevalecer numa situação tão difícil quanto a que atravessamos.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Efetivamente este é um assunto que nos preocupa e já preocupou no passado toda Assembleia Municipal. Mas importa aqui também procurar saber, junto da Câmara Municipal, senhor presidente de Câmara quais as démarches efetuadas pela Câmara Municipal enquanto órgão instituído e legítimo representante do povo lousadense, junto das estâncias centrais para manifestar o seu desacordo com o fim das isenções ou então manifestar alternativas às referidas portagens das nossas ex-SCUT A41 e A42, são aquelas que interessam? Efetivamente as notícias que todos acompanhamos são ligeiramente contraditórias porque umas dão conta do fim das isenções, outras dão conta já da intenção do governo em apresentar um novo pacote de medidas que de alguma forma de continuidade à isenção de taxas nas portagens das ex-SCUT. O que nos interessa aqui acautelar é que o que está na origem o que motivou as isenções foram indicadores da qualidade de vida das regiões afetadas. Se na altura os indicadores serviram para as isenções, hoje reconhecemos que efetivamente esses indicadores justificam a sua continuidade, pelo menos, nesse mesmo patamar. Portanto nós votaremos favoravelmente a Moção apresentada porque os interesses do nosso concelho, da nossa região, dos nossos concidadãos estão acima de qualquer política.» -----

----- A Moção C foi aprovada por unanimidade de quarenta e nove votos. --

----- E por último foi apresentada a Moção D do seguinte teor: “Como é sabido, o Município de Lousada teve, a partir de 2002, uma quebra brutal nas suas receitas, por força da alteração legislativa que se verificou na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tributação do património que criou o IMI (imposto municipal sobre imóveis) e extinguiu a CA (contribuição autárquica). Na verdade, entre 2003 e 2010, o Município de Lousada perdeu € 3.589.885,84 correspondente a 143,79% da receita de 2002. Apesar disso, a Câmara Municipal foi das primeiras a aprovar uma alteração das zonas homogéneas do Município a que se aplicam diferentes coeficientes de localização (zonamento), para efeitos de determinação do valor patrimonial tributário – cf. deliberação de 7 de novembro de 2005 -, tendo reduzido os coeficientes máximos de localização e alterado profundamente o zonamento em grande parte do concelho, sempre em benefício do contribuinte. Acresce que, em 28 de novembro de 2008 esta Assembleia Municipal deliberou reduzir a taxa de IMI de 0,8% para 0,7% no que concerne a prédios rústicos e urbanos, e de 0,5% para 0,4% no que respeita a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. Por outro lado, esta Câmara tem prescindido sucessivamente da receita da derrama. É certo que a Lei já discrimina positivamente os proprietários com poucos recursos económicos. Com efeito, segundo o disposto no n.º 1 do artigo 48.º do EBF (Estatuto dos Benefícios Fiscais) “Ficam isentos de imposto municipal sobre imóveis os prédios rústicos e urbanos destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que sejam efetivamente afetos a tal fim, desde que o rendimento bruto total do agregado familiar, englobado para efeitos de IRS, não seja superior a 2,2 vezes o valor anual do IAS e o valor patrimonial tributário global da totalidade dos prédios rústicos e urbanos pertencentes ao sujeito passivo não exceda 10 vezes o valor anual do IAS”. Não obstante, não podemos esquecer que a classe média tem sofrido nos últimos tempos, particularmente no último ano, um ataque sem precedentes, num caminho que, a ser seguido, levará à sua extinção. Não podemos também perder de vista que as autarquias locais têm sido fortemente penalizadas nos últimos tempos, num ataque, igualmente sem precedentes, à autonomia do poder local, uma das grandes conquistas de Abril. Por fim, devemos ter em consideração que o governo determinou uma avaliação geral de todos os prédios urbanos, a qual ainda se encontra a decorrer, sendo expectável que a receita possa subir, muito embora ainda não se saiba em que medida é que isso possa vir a acontecer, uma vez que ao aumento do valor patrimonial tributário contrapõe-se uma redução da taxa de 0,7 para 0,4. Nestes termos, o Grupo Municipal do PS propõe que seja sugerido à Câmara Municipal uma redução da taxa de IMI para um valor a determinar em função da informação que obtiver das finanças quando à receita prevista para 2012” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Lousada não o fará porque não quer tomar essa opção. Esta é que é a leitura, se é este o entendimento que a bancada do partido socialista tem do detalhe que de facto nos diferencia nas respetivas Moções em discussão. Sendo a taxa de IMI apresentada e votada em setembro normalmente antecede sempre o orçamento de estado e como tal é sempre uma opção da Câmara Municipal em fixar a sua taxa de IMI para o ano subsequente, e essa é uma opção que neste momento a Câmara Municipal não quer ter para com as famílias lousadenses. E é esta a leitura que fica da discussão das respetivas Moções. Que no fundo versam sobre o mesmo objeto, no fundo tem a mesma essência mas que uma é muito mais clara do ponto de vista da decisão a tomar, outra é um pouco mais acanhada, permitam-me a expressão do ponto de vista dessa mesma opção.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Há duas coisas que são distintas, uma delas é aprovar o valor de IMI consoante aquilo que vem definido na lei de orçamento de estado, coisa bem diferente são Moções orientadoras que estão aqui a ser discutidas, aquela que foi a vossa Moção e aquela que é a Moção apresentada pelo partido socialista. Relativamente às propostas de taxas para efeitos de IMI, nós poderíamos ir por este caminho, estar aqui a votar Moções dizendo que é nossa intenção que a taxa se mantenha no zero virgula quatro e que baixe para zero virgula três. No entanto parece-me que neste momento uma vez que não estamos a aprovar a taxa de IMI que de facto vigorará no concelho mas estamos apenas a aprovar linhas orientadoras daquilo que é o sentido desta Assembleia. Parece-me que é ir longe de mais e como lhe disse há pouco e refiro novamente a expressão, “colocar o carro à frente dos bois” estar a definir já uma taxa que não sabemos se efetivamente vai vigorar ou não para o próximo ano. Relativamente ao facto do seu grupo ter indicado uma taxa na vossa Moção e nós não a termos indicado a questão é simples, vocês também poderão fazer esse papel junto do governo PSD.CDS-PP, poderão fazer essa abordagem, uma vez que a proposta de orçamento tanto quanto sei ainda não está fechada, seria importante não obstante aquilo que é a demanda e que são as obrigações que temos de cumprir perante a *Troika* e a que nos comprometemos, não se esqueça disso, no memorando de entendimento e daquilo que o governo está obrigado para conseguir mais receita tendo em conta a derrapagem orçamental que já foi detetada este ano.» -----

----- A Moção D foi aprovada por trinta e três votos a favor, dez abstenções



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dos seguintes membros: Antonio Filipe Barbosa; Jorge Manuel Neto; José Campos de Barros; Carlos Manuel Nunes; Virginia Santos Monteiro; Joaquim José Bessa; Claudia Patricia Lousada; Maria Emilia Chamusca; Alberto Carlos Sousa presidente da Junta ed Freguesia de Macieira; Antonio de Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei e cinco contra dos seguintes membros: Manuel Joaquim Mota presidente da Junta de Freguesia de Casais; João Edgar presidente da Junta de Freguesia de Lousada (Santa Margarida); Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos; Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares; Francisco Machado representante legal do presidente da Junta de Freguesia de Nespereira. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Dora Rocha -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim José Correia Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente desta Assembleia, senhor presidente de Câmara e restantes vereadores, caros deputados desta Assembleia, estimado público e comunicação social presente. Senhor presidente, a estrutura a qual muito me honra presidir, a JSD Lousada, realizou no passado dia vinte e oito de julho de dois mil e doze, uma iniciativa em pleno coração desta vila, que teve como grande objetivo, eleger as maiores atrocidades da sua gestão para este concelho. O resultado desta iniciativa é o assunto que me traz neste momento a este púlpito. Senhor presidente, numa amostra de mil e quinhentos participantes, com duas opções de votação, a votação dos lousadenses, falo em lousadenses, não falo em militantes do meu partido, foi anónimo. Pelos vistos já não é um tabu dentro da sociedade civil lousadense, para mim também não é, nunca o foi. Já levantamos esta questão por várias vezes em diversos locais e as respostas não passam do mesmo. Vitimizando-se com a escapatória do “bode expiatório”. Senhor presidente, hoje, não sou eu que o acuso, são os lousadenses. A maior atrocidade praticada por si e pelo seu executivo, na opinião dos lousadenses nesta iniciativa, é o emprego familiar camarário. Senhor presidente estamos a falar de dezenas de familiares de autarcas e de dirigentes do partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

socialista de Lousada que “assaltaram” por completo postos de trabalho da Câmara Municipal de Lousada. Agora e para poupar a intervenção de alguém que possa vir a este púlpito pedir a tão desejada lista, senhor deputados, eu dou alguns exemplos, aqui e agora. Senhor presidente é verdade ou não que o seu cunhado que agora é também vice-presidente da Câmara Municipal foi e é funcionário da Câmara Municipal de Lousada? A esposa do senhor vice-presidente da Câmara, seu cunhado também é funcionária desta Câmara? O mesmo acontece com o irmão desta sua cunhada que está a trabalhar no espaço internet. A linhagem do senhor vice-presidente da Câmara, Dr. Pedro Machado não acaba aqui, pois ainda arranjou emprego para irmãs e cunhadas nas escolas. Mas continuando, o chefe de gabinete do senhor presidente e vice-presidente do PS-Lousada tem familiares no Departamento da Ação Social, entre outros. O professor Eduardo Vilar tem a sobrinha a trabalhar no Posto de Turismo da Câmara de Lousada. O mesmo professor Eduardo Vilar colocou recentemente a esposa a trabalhar numa entidade que recebe participações da Câmara Municipal de Lousada, falo claro, na Rota do Românico. É verdade e não podia deixar de referir os familiares da senhora vereadora Cristina Moreira espalhados pelas escolas. Senhor presidente ficam aqui alguns exemplos daquilo que interpretamos como o vosso emprego familiar camarário. Ficam aqui, vindo de pessoas com muita responsabilidade nos destinos do concelho. Muitos outros casos se poderiam referir, muitos outros. Muitos outros “tachinhos” foram espalhados por familiares e membros desta bancada socialista. Senhor presidente desculpar-se com a contratação de um ex-presidente da JSD e ex-funcionário da Câmara Municipal de Lousada, serve apenas para branquear esta reprovável situação. Senhor presidente para terminar, digo-lhe: lamento profundamente toda esta situação, lamento profundamente a desigualdade de oportunidades. Muitos lousadenses estão hoje desempregados porque não tiveram a mesma oportunidade que alguns familiares de dirigentes e autarcas do partido socialista de Lousada. Lamento a falta de visão estratégica deste executivo para o concelho. Apenas estão a olhar para o vosso próprio umbigo, é muito triste e lamentável. Senhor presidente da Câmara Municipal de Lousada e respetivo executivo, o concelho de Lousada é dos lousadenses, não é de nenhuma linhagem familiar. Vocês querem fazer da Câmara Municipal de Lousada um coutado do partido socialista, espero que os próximos concursos, já anunciados, para a contratação de mais funcionários sejam transparentes. Estamos atentos, felizmente não estamos sós. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

sociedade civil lousadense também o está.» -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Cardoso Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima presidente da Mesa em substituição e restantes membros, excelentíssimo presidente, excelentíssima vereadora e vereadores, excelentíssimos membros desta Assembleia. Há uns tempos atrás quando aprovamos este documento, falamos de um dia histórico, afirmamos que passados muitos anos, quase duas décadas, o executivo apresentava um regulamento que teoricamente colocava todas as associações em pé de igualdade no acesso aos apoios. As palavras usadas na altura foram rigor, transparência e igualdade. Nesse mesmo dia fizemos várias propostas que foram muito bem acolhidas pelo executivo, entre elas, uma que consistia fazer uma breve nota explicativa da razão ou razões da atribuição dos subsídios. A razão da não atribuição, agora bem conhecida, a lei dos compromissos. Aliás parece que já há uma carta modelo que é enviada a todas as associações que pedem subsídios à Câmara. Mas numa altura em que o dinheiro não sobeja e não sobeja para ninguém, a atribuição de subsídios e apoios deve ser ainda mais clara, e está debaixo de escrutínio de todos os lousadenses e de todas as Associações. Todos nós ouvimos e todos nós lemos algumas queixas e reclamações de inúmeras associações sempre que é publicada a tabela de apoios e subsídios. Certamente umas serão mais justas que outras. No entanto, há uma crítica que tenho ouvido e que tenho ouvido insistentemente e que me parece bastante pertinente. O que me perguntam é, como é que uma associação inativa, sem direção e sem atividades recebeu nos últimos dois anos consecutivos apoios, sendo que no último ano recebeu um apoio superior a três mil euros? Mais, como é que esta associação recebe agora um apoio superior àquele que recebia quando estava em atividade e tinha mais de cento e vinte jovens a praticar modalidades? Aliás essa mesma associação, veio um dia a esta Assembleia juntamente com os seus jovens praticantes reclamar apoio, apoio que não sendo concedido acabou por fazer com que a direção terminasse, cessasse e desde daí não se conhece nem nenhuma direção, nem nenhum plano de atividades. Por isso as questões são simples: é possível sabermos quais foram os critérios da atribuição desses apoios? É possível saber quem entregou e com que legitimidade, entregou um plano de atividades em nome dessa associação? Quando se fala em exigência e exiguidade orçamental mais que nunca estas são questões que não podem ficar sem resposta.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

valorização do património concelhio, das gentes, dos costumes, das memórias, das lendas, dos ofícios, das freguesias do nosso concelho. Em tempos difíceis para o país e para região este evento permitiu trazer ao de cima tudo de bom e do melhor que se produz nesta terra. O grupo parlamentar do partido socialista felicita a Câmara Municipal, por mais uma aposta ganha na promoção do nosso concelho. Bem hajam por isso.» -

----- Intervenção do Sr. Joaquim José Correia Bessa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Só um pequeno reparo à intervenção de um dos deputados que me sucedeu. Eu acho lamentável, novamente, que a igualdade de oportunidades de um jovem de Lousada seja um assunto menos sério ou menos necessário para ser discutido nesta Assembleia. E poderá levantar aqui uma questão nacional, penso que contraporia a interpelação ao senhor presidente de Câmara. Não sei se ele pode referir alguma coisa sobre isto.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente de Câmara eu tenho uma questão para lhe colocar, relativamente a um assunto que aqui foi colocado, que não só me parece que pode ter uma natureza criminal e daí eu gostar que a pilha deste microfone estivesse a funcionar no momento em que aquelas palavras foram proferidas, para eventualmente poder ser usado como prova. Mas igualmente por considerar que atitude da JSD de Lousada e do seu presidente é ignóbil, é vil e é extramente, profundamente desprezível. Nunca pensei que pudessem chegar tão baixo. Desconfio, que certamente o presidente da JSD de Lousada e os militantes, os cerca de mil e quinhentos militantes da JSD de Lousada deverão ser o únicos nestes concelhos que não hão de ter uma mãe, um primo, um tio, alguém que eventualmente não tenha cargos ou que não esteja na função pública. Para além dessa raridade e uma vez que em Lousada praticamente toda a gente se conhece, não é uma vila tão grande e dadas essas reservas há aqui algumas coisas que eu gostaria de saber e gostava que o senhor presidente da Câmara me respondesse. Porque essa votação que alegadamente decorreu durante as festas da vila, comemoração festiva religiosa, que teve mil e quinhentos votantes que corresponde ao número alegado, porque toda a gente sabe como é que isso funciona, e aqui está uma matéria que também pode ser criminal. Como é que funciona a inscrição de militantes na JSD? Mas não vamos por aí. A decisão unânime de mil e quinhentos militantes da JSD cumpre saber senhor presidente da Câmara se alguma vez a JSD, enquanto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

instituição prepotente do concelho alguma vez impugnou ou fez qualquer reclamação nos últimos anos de algum procedimento de contratação havido? Queria que a Câmara me esclarecesse isto. De facto mau era se hoje a esta Assembleia não seria trazido, novamente, o alarido que tem vindo a ser produzido, a maior parte de vocês não sabe, mas nas redes sociais e na blogosfera relativamente ao procedimento concursal que está a ser aberto para as escolas. Mal era, alguém tem que tirar aproveitamento político disso. Eu pessoalmente, vou ser sincero, julgo que os empregos ou procedimentos concursais que são abertos para qualquer emprego em Lousada que integre a administração central ou a administração autónoma do estado direta ou indireta, não interessa, eu penso que deveria haver primazia para as pessoas do concelho ou dos concelhos limítrofes, mas isso é uma visão minha, compreendem, porque há candidatos de todos os concelhos. E se essa visão fosse seguida, eu estou certo que muitos de nós teríamos ainda mais familiares, mais pessoas conhecidas a trabalhar na Câmara, mas não vou por aí, porque se eu for por aí dir-lhe-ia que todos nós teríamos familiares na Câmara. Agora aquilo que o senhor deputado disse, para além de ter vexado, senão criminalmente, o nome de algumas pessoas que aqui não estão presentes e que não se podem defender. Para além disso, o senhor deputado e a JSD Lousada estão a pôr em causa a própria lei e os próprios procedimentos concursais que até hoje nunca foram postos em causa e nunca foram impugnados. Portanto vir aqui com afirmações profundamente retóricas de uma suposta eleição que não é eleição coisa nenhuma, para vir dizer coisas que são aberrações, é colocar em causa a lei e a transparência dos procedimentos concursais. É desconfiar de tudo e de todos, e então senhor deputado se quer ir por aí, estas Assembleias, sabe o que é que vão passar a ser, “lavagem de roupa suja”. E sabe que mais, não é para isso que nós cá estamos. E digo-lhe mais, se tem essas suspeitas alegadamente eleitas pelos lousadenses barra militantes da JSD Lousada, porque é que nunca apresentou nenhuma queixa-crime? Que eu saiba isso é crime. O que o senhor deputado diz que ocorre é crime, e das duas, uma, ou houve um crime e o senhor não fez participação criminal nenhuma, está em falta, e a segunda coisa é que vem para aqui, na praça pública, difamar pessoas concretas que podem muito bem vir a colocar em causa. Portanto eu sugiro-lhe muito veementemente que se retrate. Não deixando de fazer a questão ao senhor presidente da Câmara, de saber se alguma vez houve impugnação de algum procedimento concursal e que tenha sido feita por si ou por alguém do PSD.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu queria em primeiro lugar cumprimentar todos os presentes. O senhor Pedro Matias ex-candidato à presidência da Câmara Municipal de Lousada, pela coligação “Lousada Viva”, referiu numa entrevista recente ao TVS que, o que falta aos dirigentes da Coligação PSD.CDS, é não terem uma estratégia clara, uma ideia definida para Lousada. A intervenção do senhor Joaquim Bessa explica perfeitamente a preocupação deste ex-dirigente da Coligação PSD.CDS.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Um ponto muito prévio. Senhor presidente este ponto é para o interpelar, “Interpelar o senhor presidente de Câmara”, houve aqui um equívoco para com a última intervenção do elemento da coligação “Lousada Viva”, porque ao interpelar o senhor presidente de Câmara dirigiu-se a mim, vocês não se conhecem, se calhar seria melhor serem apresentados. Principalmente uma pessoa que dúvida do que é um concurso público.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente de Câmara: «Começando por este assunto. Senhor Joaquim Bessa, eu sinceramente tenho muita dificuldade em percebê-lo, fazia bem ter algumas aulas de dicção para percebermos exatamente o que diz. Aquele escrito que traz aí é difícil de perceber. Quem o escreveu tem dificuldade em posicionar-se nas coisas. Não obstante gostava de fazer aqui uma interpelação à bancado do PSD, se, se revê neste tipo de declarações, nestas pessoas, isto não deixa impunemente todos os deputados do PSD aqui eleitos e vereadores. Porque isto é a forma mais vil e mais baixa, demonstrativa de uma incapacidade permanente para fazer alguma oposição séria, é este tipo de abordagem. O senhor ainda não percebeu isso, já tem idade suficiente para começar a ter. Apesar de a juventude justificar muita coisa, já devia ter alguma capacidade de perceção das coisas, já não é nenhum “menino de coro”. É lamentável, a irresponsabilidade não pode chegar a esse ponto. Fazer afirmações gratuitas suportadas por escritas que efetivamente muitas vezes se escondem atrás das paredes e não dão a cara. Aquilo que o João disse é verdade, tantas dúvidas, tanta facilidade nessa abordagem, porque é que não impugnaram, até fazendo a participação ao IGAT? Porque é que não o fizeram? Isto revela bem o tipo de abordagens que fazem, da irresponsabilidade, só pessoas irresponsáveis é que têm este tipo de atitude, são incapazes de ir à luta. Se têm certezas nas coisas, se esse entendimento fosse tão simples, tão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

simpático e tão linear enquanto isso, fariam isso no mínimo. Alguém viu ter um ato desses? Que eu conheça não, exceto algumas queixas anónimas que foram feitas aqui há uns anos. E nós sabemos de onde elas partiram mas deram naquilo que deram. É verdade isto. Agora só para lhe dizer começando aqui pelo Dr. Pedro Machado, que é para o senhor e quem escreve tenham uma noção das coisas, o sentido de responsabilidade. O senhor mais dia, menos dia provavelmente vai ser pai de família e provavelmente sujeito a estas situações. Daqui adiante provavelmente também pode cair em si. Não percebeu isto ainda? Tem de começar a refletir primeiro antes de falar, porque efetivamente isto é o tipo de irresponsabilidade de quem atira a pedra e esconde a mão. O senhor Dr. Pedro Machado, sabe quando é que ele entrou para a função pública? Não sabe. A irresponsabilidade é tão grande da afirmação, não sabe. O senhor Dr. Pedro Machado para que o senhor saiba de uma vez por todas licenciou-se em direito em Lisboa, fez cinco anos com muita dificuldade por uma senhora que se sacrificou imenso para lhe dar o curso. Está a entender? Depois de ter feito o estágio, foi aberto um concurso na Associação de Municípios do Vale de Sousa em que era presidente o senhor professor Arménio, em que ele foi num leque de várias pessoas que concorreram, não foram muitas na altura, penso eu, foi contratado para funcionário da Associação de Municípios como jurista. A uma determinada altura, conforme a lei prevê, pediu a transferência para a Câmara de Lousada passado três ou quatro anos de lá estar. E foi conforme a Lei prevê, numa altura em que a Câmara precisava de juristas, foi precisamente recrutado dessa maneira. O senhor Dr. Pedro Machado nessa altura não era casado com a Dra. Ana Carla. A Dra. Ana Carla já tinha sido recrutada há três ou quatro anos, antes de ele sequer ser jurista. Portanto não se façam confusões. A Dra. Ana Carla já estava há três/quatro anos na Câmara de Lousada antes até de terem casado. De uma vez por todas o senhor tenha a bondade e o discernimento de perceber antes de fazer este tipo de afirmações. Porque são graves, são graves e é como dizia o João isto provavelmente merecia outro tipo de abordagem. Em relação às outras pessoas, o senhor professor Vilar, quem está no Posto Turismo não tem relação nenhuma familiar com o senhor professor Vilar, nenhuma, zero. É de Santa Eulália de Barrosas, conhecia o senhor professor Vilar que viveu ali próximo, é de onde se conhecem, não têm relação nenhuma familiar. Isto é facto. O senhor está a presumir que às tantas não seja verdade o que estou a dizer, quero o seu esclarecimento. Em relação à esposa do professor Vilar estamos “positivamente borrifando” como é que ela foi contratada ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

não, ou se é que foi contratada. Eu ouvi dizer ainda há dias que são contratos a termo e que daqui a meia dúzia de dias, quando os programas que estão a acabar no âmbito da Rota do Românico, cessam. Agora pede responsabilidade, é ao Dr. Alberto Santos, que é o presidente da Associação dos Municípios, ele poderá esclarecê-lo e que é seu companheiro. Ele poderá eventualmente esclarecê-lo, se foi devidamente recrutada. As pessoas perante este tipo de suspeitas perfeitamente estratosféricas. Em relação às outras pessoas, não sei, o senhor tem aí mais, se tem uma prima há mais de vinte anos, estava proibida de ter primas. Todos nós nos sujeitamos a este tipo de abordagem, ninguém tenha dúvidas, há sempre gente que de uma forma peregrina que pensa desta forma. Eu estou aqui há vinte e três anos, espero fazer vinte e quatro no próximo, nunca tive nenhum procedimento criminal por situações irregulares na Câmara, nem situações pouco corretas em termos de recrutamento de alguém. Ainda mais para que o senhor saiba estes recrutamentos em termos de concursos são feitos na plataforma, está entender. Não são feitos num concursinho em que depois as pessoas são recrutadas como se quer ou com uma só simples entrevista. As plataformas são sítios em que qualquer cidadão tem condições, se efetivamente as circunstâncias da sua admissão não forem devidamente acauteladas, devem ser impugnadas, são sujeitas a impugnações e muito bem, a transparência deve estar acima de tudo na abordagem destas situações, é aquilo que nós defendemos de facto. Agora para terminar este assunto vou-lhe fazer uma afirmação de ciência que não tenho problema nenhum de o fazer. Eu sou presidente de Câmara há vinte e três anos, conheço seguramente a esmagadora maioria dos funcionários deste município, digo-lhe que provavelmente por aquilo que eu sei, pela amizade e pela frontalidade com que tenho falado com as pessoas, nunca houve, rigorosamente, um propósito de discriminar quem quer que seja, a esmagadora maioria dos funcionários que estão cá dentro, trabalham essencialmente na parte administrativa são gente que até são próximas do vosso partido. Mas não há problema nenhum, não há drama rigorosamente nenhum. Ainda aqui hoje o senhor vereador foi recebido por um senhor que é do PSD e é chefe de departamento, não tem problema nenhum, qual é o problema? Desde que sejam pessoas competentes e capazes para nós é que nos interessa, está a entender, ainda não percebeu isso, interessa-nos é isso, deixem-se disso. Acham que vão ganhar apoio de alguém com este tipo de insinuações? Ainda não chegaram a essa conclusão? Isso já foi de tal ordem testado noutros tipos que já deu os resultados que deu. Vocês entendem que é por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aí. Caminhem por aí. Mas isto é indignidade, desculpem lá a forma como estou a falar, porque isto irrita-me, desagrada-me profundamente que se faça a política desta forma. Apesar da sua juventude e da irreverência que os jovens devem ter. Agora desde que seja feita com hombridade, com lealdade e com integridade não tenho problema nenhum de assumir, quando erramos, sou o primeiro a estar aqui a dar a mão. E em relação às outras questões julgo que elas estão respondidas por natureza, só em relação aquela questão que o Dr. Filipe Barbosa sobre as instituições. O regulamento foi feito para resolver e para dar mais credibilidade e mais transparência a todas as abordagens em termos das instituições. Disse e muito bem que nós neste momento estamos balizados, infelizmente pela impossibilidade de ajudar as nossas associações na forma pecuniária, fruto da malfadada lei dos compromissos que baliza tudo. E em relação a isso é importante ter em atenção o seguinte: ele não me referiu a instituição que é, que estava em causa, Lustosa. Eu sei que Lustosa tem uma deliberação que ainda não levantou. Pelos vistos não tem órgãos sociais para os levantar e apesar de atribuída não pode ser levantada por essa instituição sem esse propósito legal. Penso que sobre esta matéria estamos esclarecidos.» -----

----- Eram vinte e três horas e quarenta e seis minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o membro: João Edgar Avelino presidente da Junta de Freguesia de Lousada (Santa Margarida) -----

----- Resposta do Sr. Vereador Eduardo Vilar: «Se me permite, a confusão que eu compreendo que está a gerar é, na Agenda Municipal saiu a listagem de pagamento com as datas em que foi posto em pagamento e não em atribuição. Mas há pagamentos ali, há um ou outro pagamento que já estavam atrasados de trás e é esse o caso.» -----

----- Eram vinte e três horas e quarenta e sete minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o membro: Claudia Patricia Lousada -----

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei.-----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente de Câmara duas ou três questões breves relativamente à intervenção do senhor presidente a esta Assembleia Municipal. E uma primeira permita-me e com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

toda a justiça, porque faço notar as suas ausências nas Assembleias Municipais passadas, também registo a sua presença nesta Assembleia Municipal. Portanto com toda a justiça o faço, quer quando não está quer quando está e, que efetivamente louvo a sua presença neste fórum que é o fórum principal da discussão política do nosso município. E passada essa referência, uma questão do ponto de vista, mais de esclarecimento, quando refere aqui, "...da ampliação das redes de água e de saneamento ... a entrada em funcionamento da estação de tratamento de águas residuais de Lodares." Se esta mesma estação dará conta também da rede de saneamento já instalada, por exemplo na freguesia da Ordem. Efetivamente já lá há uma rede de saneamento instalada, há outra que está em alargamento, mas a que está instalada quando é que já pode entrar em funcionamento? Porque há ali um agregado urbano que está desejoso de fazer essas ligações à rede de saneamento ali já instalada. Depois também no âmbito das intervenções, apenas referir outro aspeto, de facto dá-nos nota de alguma atividade da Câmara, mas omite aqui alguns daqueles que eu considero como reais e importantes problemas da gestão diária e corrente do município. E um deles tem que ver com a fase de celebração dos contratos- programa com as Juntas de Freguesia. Em que situação se encontra esta dita segunda fase dos contratos-programa com as Juntas de Freguesia? Uma vez que todos sabemos que as Juntas de Freguesia só não entraram no marasmo, porque efetivamente muitos ou alguns dos presidentes têm tido a criatividade suficiente para não deixarem cair no marasmo a sua freguesia. Portanto há um conjunto de obras que estão paradas e digo paradas já algum tempo em muitas das freguesias do concelho de Lousada, estão paradas porque efetivamente e se veem privadas de apoios financeiros que anteriormente vinham a celebrar com a Câmara Municipal. Portanto perguntar-lhe, especificamente para quando, as transferências de capital para as Juntas de Freguesia do concelho que tanto anseiam por essas verbas?» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Relativamente a este ponto tenho duas congratulações a fazer. A primeira pela amplificação do terreno do Parque Urbano em quatro hectares. Agradecendo também desta forma aos familiares do Dr. Jorge Neto pela colaboração, por forma a tornar o Parque Urbano um local maior, mais atrativo, mais agradável para todos. Quanto à conclusão, término previsto e mais do que previsto da EN 106, também é facto de que nos temos que congratular, principalmente também para o trabalho, deixem-me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aqui também puxar um bocado “a brasa à minha sardinha”, se bem que a participação que possa não ter sido a mais profícua nos primeiros tempos, mas pelo trabalho desenvolvido pela JS, pelo que aqui vi hoje cada vez tenho mais orgulho em presidir.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Em relação à questão da minha ausência. Eu congratulo-me com a sua satisfação pela minha presença. Tenho a sensação que aprecia a minha presença e o trabalho que nós temos feito ao longo destes anos, o trabalho deste executivo, das outras vezes se não tenho estado é por várias razões que me impedem de estar. Agradeço a sua preocupação, a sua disponibilidade para reconhecer que, às tantas na nossa modesta participação, contribuímos seguramente para que este órgão democrático possa ser de facto um local privilegiado de discussão de tudo aquilo que nos diz respeito, nomeadamente e em particular ao nosso município. A questão da estação de Lodares. A estação de Lodares entrou em funcionamento há dois meses, sensivelmente. Está a concretizar-se grosso o modo todas as ligações que os intercetores permitem neste momento. Há um *forcing* muito grande da nossa parte junto das Águas do Noroeste, no sentido de abreviarem um conjunto de abordagens que nos parecem pertinentes e determinantes. As Águas do Noroeste, porque da abordagem que o ministério tem feito, não definindo totalmente o modelo a seguir em termo às águas e ao saneamento, não tem dado grande andamento a um conjunto de abordagens que as próprias Águas se queixam. Não obstante nós temos a sensação que no caso em apreço da Ordem, o intercetor que falta fazer a ligação poderá ser concretizada a muito breve trecho. Temos a perceção inclusive de que se eventualmente as Águas do Noroeste não tiverem condições para o fazer a Câmara propõe-se a fazê-lo e depois reacertando os termos das compensações. Nós já o fizemos num ou outro caso, estamos disponíveis a substituir-nos às águas do Noroeste, neste caso às Águas de Portugal para fazer este tipo de investimento, de modo a procurar que o maior número deste tipo de situações que eles não têm tido a agilidade para resolver o conseguíamos resolver a curto prazo. Nós estamos a fazer e em particular na Ordem, um sítio que nos preocupa aquela bacia do Rio Mesio. Em relação aos contratos-programa com as Juntas de Freguesia, como sabe depois de termos decidido a primeira tranche do contrato com a Junta de Freguesia, tínhamos o firme propósito, aliás como fizemos nos anos passados, de fazer a mesma situação este ano. Como sabe fruto daquilo que já aqui repetidamente vimos dando nota, em função da Lei dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Compromissos é impeditivo de neste momento o concretizar. Qual é o nosso propósito? O nosso propósito é, se eventualmente esta situação não for ultrapassada até ao final do ano, nós já fomos dando nota disto aos senhores presidentes de Junta de grosso o modo, se não for, a Câmara predispõe-se no orçamento a reforçar as verbas de modo a que esta... Se o ministro não nos impedir disso, espero que não pelas razões que vou a seguir explicitar: se não nos impedir disto, nós estamos na predisposição de reforça a verba do próximo ano de modo a que em vez de receberem aquilo que estava perspetivado para o próximo ano, seja reforçado com aquilo que nós este ano não podemos desbloquear, fruto das razões que há pouco explicitarei. E quando digo em princípio teremos condições para ultrapassar o problema, por uma razão muito simples, porque dos dados que obtenho dos meus serviços de contabilidade, nomeadamente da principal responsável, é que no final do ano a Câmara Municipal de Lousada passará para janeiro exclusivamente com o mês de dezembro por pagar aos seus fornecedores e empreiteiros. Portanto sendo assim, seguramente teremos outro tipo de disponibilidade económica que nos permitirá resolver esta situação.» -----

----- TERCEIRO PONTO – Eleição dos membros em falta na composição da Mesa da Assembleia Municipal -----

----- Foi apresentada a proposta número doze do seguinte teor: “O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe: presidente Maria de Lurdes Oliveira e Castro e 1º secretário Joaquim José da Silva Rocha” -----

----- Em cumprimento do nº 2 do artº 45º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro e na ausência da disposição Regimental a Assembleia deliberou por unanimidade de quarenta e quatro votos que a eleição dos membros em falta na composição da Mesa fosse por meio de lista. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Dora Rocha; João Correia e Joaquim Bessa. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, da proposta número doze que foi aprovada por trinta e seis votos a favor, sete brancos, um contra e um nulo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Dora Rocha e João Correia -----

----- QUARTO PONTO – Pedido de suspensão do mandato pelo período de 365 dias -----

----- Esclarecimento da Presidente da Mesa: «O membro Vanda Sofia de Oliveira Bragança, do grupo municipal da coligação “Lousada Viva” solicita a suspensão do mandato por trezentos e sessenta e cinco dias, dado que por motivos profissionais se encontrará afastada do município por período superior a trinta dias.» -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal o pedido de suspensão do mandato por 365 dias do membro Vanda Sofia de Oliveira Bragança, eleita pela lista da coligação eleitoral PPD/PSD.CDS-PP foi aprovado por unanimidade de quarenta e seis votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Emilia Chamusca -----

----- QUINTO PONTO – Alteração dos Estatutos da Empresa Municipal “Lousada Século XXI, E.M; -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Da Empresa Municipal “Lousada Século XXI”, que no seu ponto número um do artigo sexto, o capital estatutário passa a ser de cinquenta mil euros, detido integralmente pelo Município de Lousada. Anteriormente o capital social era de três milhões, oitocentos e quarenta mil euros. Esta proposta é com o objetivo de tirar da influência da contabilização das amortizações dos edifícios ligados ao complexo desportivo que pelo seu volume muito grande, todos os anos, faziam com que os resultados líquidos do exercício fossem negativos. O que poderia de futuro pôr a “Lousada Século XXI”, numa situação que poderia levar à sua extinção. Com esta medida a Câmara resolve o problema, porque tem aqui os dados pedidos pelo senhor vereador do desporto, tem uma projeção para trinta e um do doze, de dois mil e doze, em que o resultado líquido no final deste ano, em trinta e um do doze, de dois mil e doze, será com esta medida positivo. Isto é uma projeção, pode variar alguma coisa, mas será em princípio positivo e no valor de mil duzentos e cinquenta nove euros e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dezasseis cêntimos. Não posso deixar de aqui sublinhar, o reconhecimento por parte dos dirigentes da coligação PSD/CDS, de que o problema dos resultados negativos apresentados pela “Lousada Século XXI” eram apenas de ordem contabilística, condicionados pelas elevadas amortizações dos edifícios. Também o reconhecimento de que a “Lousada Século XXI”, nunca esteve numa situação de insolvência ou de falência técnica, conforme afirmações efetuadas por diversas vezes e por mim denunciadas na sessão da Assembleia Municipal de vinte e sete, do quatro, de dois mil e doze. De qualquer modo saúdo esta vossa nova posição referente a este assunto.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “ A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da redução do capital social e subsequente alteração do nº 1 do art.º 6º dos Estatutos da Empresa Municipal – Lousada Séc XXI, no qual se dispõe que «O capital estatutário e de três milhões, oitocentos e quarenta mil, setecentos e quarenta e três euros e oitenta e um cêntimos, detido integralmente pelo Município de Lousada» e passará a ter a seguinte redação «O capital estatutário é de cinquenta mil euros, detido integralmente pelo Município de Lousada».” -----

----- A proposta número um que foi aprovada por quarenta e cinco votos a favor duas abstenções dos seguintes membros: António de Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei e António Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo -----

----- Com declaração de voto do senhor Carlos Manuel Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “ Votamos favoravelmente esta proposta precisamente pelos motivos invocados na mesma, ou seja, como diz no seu ponto um: “Por motivos de cobertura de prejuízos e guindada, ainda, pela finalidade especial da necessidade de reestruturação e de reequilíbrio financeiro da Lousada Século XXI, EM,” Como tal esta sempre foi a nossa posição relativamente à empresa municipal, explanado o verdadeiro propósito, e passo a redundância, desta proposta. Sendo ainda que esta proposta só vem à Assembleia Municipal porque, “ A redução de capital não pode ser deliberada se a situação líquida da sociedade não ficar a exceder o novo capital em, pelo menos vinte por cento”, temos aqui a verdadeira justificação da necessidade. E já agora aproveitando para reafirmar tudo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aquilo que já dissemos anteriormente sobre o assunto, que de facto a empresa municipal Lousada Século XXI, precisa de um plano de atividades conducente com o seu âmbito social, com o seu objeto social, estatutário e naturalmente de um plano de atividades acompanhado deste plano de reestruturação e reequilíbrio financeiro.” -----

---- SEXTO PONTO – Regulamento de Ação Social Escolar para Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico; -----

----- Intervenção do Sr. Alberto de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira: «Senhora presidente da Assembleia, senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores deputados, senhores vereadores, caros colegas presidentes de Junta, caro público e comunicação social. A minha intervenção prende-se apenas com alguns artigos do Regulamento de Ação Social Escolar para Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico. No artigo nono refere o número um: “A componente de apoio à família abrange os serviços de fornecimento de refeições escolares e o prolongamento de horário, nos estabelecimentos pré-escolares”. Ora, certamente o pelouro da educação consultou toda a legislação para em conformidade com esta, esboçar este primeiro Regulamento de Ação Social Escolar. Não obstante poderia também aludir à lei das finanças locais, que é a lei número dois de dois mil e sete de quinze de janeiro, o artigo vinte e quatro-fundo social Municipal, cujo ponto dois, alínea a), refere que: “As despesas de funcionamento corrente do pré-escolar público são as remunerações com pessoal não docente, os serviços de alimentação, as despesas com prolongamento de horário e transporte escolar”, está na lei. Voltando ao artigo nono do regulamento sabemos que é praxis desta Câmara tratar dos assuntos com zelo, daí questionar o porquê de no Regulamento não mencionar a componente do transporte para pré-escolar, conforme a legislação, óbvio. Também é verdade e também pela praxis, que as Juntas de Freguesia assumiram *ad hoc* a responsabilidade dos transportes escolares do pré-primário e eu também. Mas que só nos deveria ser devida por delegação de competências pela Câmara Municipal. O senhor vereador diz que duvida e, da qual eu pedi à CCDRN um parecer jurídico, dado que interpelei também esta Câmara, dado o serviço que têm de juristas que assim o fizessem, mas não consegui, infelizmente. No entanto é do vosso conhecimento e desta Câmara que a Câmara Municipal de Lousada faz transportes escolares para pré-primário em duas das nossas freguesias, não digo com respeito aos colegas caros presidentes de Junta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Mas di-lo-ei se me perguntarem. Perante o exposto não deveria vossa excelência repensar este bom regulamento em conformidade com toda a legislação que lhe serve de base ao invés de modelar a situação. E propor porque não à Junta de Freguesia que está disponível para isso uma delegação de competências para transportes escolares. Outras considerações, a Câmara Municipal de Lousada recebe as participações familiares dos prolongamentos de horário das crianças do pré-escolar é certo, é sabido e isto vai estar regulamentado hoje. E quanto ao prolongamento do primeiro ciclo do ensino básico, não haverá necessidade de regulamentar? Penso que não também. Mas é sabido que as escolas do concelho preparam o ano letivo com esta medida de prolongamento de horário de primeiro-ciclo de ensino básico mesmo não estando regulamentado e mesmo sabendo, senhor vereador, que há instituições de solidariedade social deste concelho que têm ATL e que se não fosse a ajuda desta Câmara tinham fechado as suas portas. Há um contrassenso. Senhor vereador, consulte os seus colegas, pergunte-lhes como está a área social deste concelho. Não o fez. Não fez o trabalho de casa, lamento. Também lamento que não tenha recebido, pois é inacessível o seu intento, será que criar ATL dentro das escolas, somente com auxiliares de educação e responsabilizando o pai do que pode acontecer nas escolas ou será sua pretensão, do pelouro da educação, desculpe se o ofendo pessoalmente, duplicar em algumas freguesias a resposta social ATL, ou pondera vossa excelência contribuir para o fecho destas instituições, nomeadamente o ATL? Como sabe e volto a repetir, muitas delas se não fosse a ajuda da Câmara Municipal de Lousada tinham fechado. Quanto aos apoios para aquisição de manuais e material escolar, subsídios, do artigo sétimo deste Regulamento. Há três anos consecutivos que a Junta de Freguesia de Macieira vem a defender que os subsídios escolares poderiam ser pagos por transferência direta da Câmara para os pais e não para a Junta. Medida esta que trará comodidade aos pais e às crianças, deixará de provocar atropelos ao cumprimento dos orçamentos da Freguesia e contribuirá para o cumprimento da lei geral. O mau exemplo desse tipo de transferência, o senhores presidentes sabem, foi aquela que em tempos e o tempo curou, se faziam da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia para pagar tarefas. Este é o mesmo princípio, vocês sabem do que falo e o problema que deu ou irá dar se algumas forem sujeitas a fiscalização. No entanto a posição tomada pela Junta de Freguesia que mostrou abertura de negociação numa possível delegação de competências, o pelouro de educação não revelou uma verdadeira forma do saber estar. Usou de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

práticas dúbias, transferindo dinheiro para a Junta de Freguesia de Macieira sem autorização e sem acordo, diga-se, sem autorização. Usou então de más práticas e de maldizer, tentando denegrir a imagem da Junta de Freguesia, sabem o que é que fez, enviou um comunicado aos pais, encarregados de educação alegando a indisponibilidade da Junta de Freguesia, mentira, pura mentira. O mesmo não poderá dizer o senhor vereador, professor Vilar do nosso trato com as pessoas e com as entidades. A Junta de Freguesia de Macieira sempre pautou por ter presente uma palavra que tanto estima senhor vereador, a educação.»-----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silves: «Senhora presidente da mesa da Assembleia, senhor presidente de Câmara, senhores vereadores, caros colegas e caríssimo público. Eu venho cá fazer uma intervenção no sentido deste regulamento pelo seguinte facto: eu tomei conhecimento, hoje mesmo, de uma situação que começa a ser gravosa neste concelho. A quantidade, cada vez maior de pais que têm dificuldades em cumprir os seus compromissos relativamente ao prolongamento e às refeições escolares. Numa altura em que, e já foi citado aqui nesta Assembleia, as dificuldades que as famílias têm, eu gostava que, é uma interpelação que eu faço ao senhor presidente de Câmara e sobretudo ao senhor vereador da Educação, que os valores que estão neste momento consignados para o prolongamento, em relação aos almoços penso que estarão mais condizentes, mas sobretudo ao prolongamento são demasiados elevados atendendo à situação económica em que nós vivemos. Portanto faço uma interpelação para que de facto revejam esses valores, este que é um serviço que é importante prestar sobretudo numa situação de crise onde os pais cada vez mais precisam de determinados tipos de apoios seja de facto considerado. Só para ter uma ideia, os valores para quem não tem subsídio, escalão máximo, não se esqueçam que a maior parte das famílias não têm subsídio, mas estão numa situação que todos nós sabemos que é aquela parte da classe média que têm imensos compromissos, estão numa situação aflitiva, são trinta euros mensais. Trinta euros mensais para que as crianças fiquem na escola mais duas horas e meia ou três horas. O que eu penso, nós enquanto Junta de Freguesia colaboramos com a associação de pais no prolongamento para as crianças do primeiro ciclo. Fizemo-lo sem cobrar um tostão aos pais enquanto Junta. Que eu conheço outras Juntas, também o fazem da mesma forma. Acho que é, digamos de bom-tom, que a Câmara o faça com recursos muito mais significativos do que as Juntas o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

têm.» -----

----- Resposta do Sr. presidente de Câmara Municipal de Lousada: «Eu vou dar a palavra ao senhor vereador, porque a matéria lhe cumpre. Não obstante dizer mais ao senhor presidente de Macieira, não tanto ao senhor presidente de Silvares, porque não foi propriamente nesse contexto. O senhor professor Vilar vai-lhe responder, esclarecê-lo sobre estas matérias. Agora, este regulamento esteve em discussão pública, era importante que tivessem dado esses apor, no sentido de eventualmente, se fosse considerado como tal, puderem corrigir esta matéria. A questão que o senhor presidente de Junta põe: “que a Câmara seria de bom-tom também em relação aos prolongamentos ter aqui uma atitude até de condescendência”. Nós temos sucessivamente feito isso, condescendência. Temos condescendido de uma forma tremenda, nós não temos andado por aí a “abandar aí a campainha”, a promover as abordagens que fazemos em termos de “n” famílias neste concelho, nós vamos procurando resolver os seus problemas e suas dificuldades, nomeadamente começando logo pelos prolongamentos e na alimentação. Não era compaginável, como sabe que pelas circunstâncias de um miúdo não pagar, chegar à cantina e não comer. Isso, temo-lo feito abundantemente. E para reconhecer isto que é importante, este discurso que os senhores fazem tem subjacente isto, como sabem o último orçamento de estado cortou-nos mais um milhão e tal de euros. Há um propósito deste governo firmemente de cortar com isto, até nos apoios à saúde, até às pessoas que estão com cancro como ali há pouco foi dito naquela intervenção do Nelson. Os senhores deviam fazer aqui uma Moção com alguma objetividade e clareza: meus caros amigos, a Câmara tem dificuldades para gerir os parques dinheiros que tem, era importante que nós retirando esta capacidade que os pais vão tendo, pouco que tem, também se repercutisse no país, deve ter aqui uma atitude social importante. Agora como diz e bem a Associação Nacional Municípios e acaba pelos responsáveis da área social dizer, as Câmaras têm feito um esforço tremendo com os poucos meios que têm, felizmente, senão o caos ainda seria maior. Qualquer dia o orçamento da Câmara só serviria para isto, por este andar, qualquer dia vai ser só para a área social. Temos aumentado, provavelmente no próximo orçamento vai aumentar mais a nossa fatia social de apoio. Eu espero que haja uma inflexão deste tipo de abordagem e de políticas, é isto que é importante dizer com clareza, não é inverter o sentido das coisas, é dizer isto com clareza. Há quem tenha responsabilidades nisso. Agora nós estamos a fazer um esforço tremendo e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

continuaremos a fazê-lo nestes contextos, estejam cientes disso.» -----

----- Resposta do Sr. vereador Eduardo Vilar: «Vou tentar dentro do possível esclarecer estas três ou quatro situações. Começando pelo transporte do pré-escolar. Desde há muitos anos e sem exceção nunca a Câmara fez transporte para o pré-escolar. Aquilo que aconteceu é que cada Junta, por si, foi tomando a iniciativa de localmente resolver esta situação. Há Juntas que investiram mais, há Juntas que investiram menos, há outras que não investiram, mas esse foi um critério de cada Junta. Como na sua também naturalmente aconteceu, um esforço nesse sentido. Cada senhor presidente de Junta teve de acompanhar esse esforço, no sentido inclusivamente de dotar os seus veículos das condições exigidas por lei, em devido tempo, não é de agora, já vem de há alguns anos, bem como, da adequada credenciação de quem conduz a carrinha. Mas se dúvidas houvessem quanto à obrigatoriedade ou não de fazer esse transporte do pré-escolar, o governo da nação em dois de agosto, na publicação que fez para este ano, deixou bem claro e de fora qualquer obrigatoriedade para o pré-escolar, bem como para o secundário. E aqui pasmem vocês, porque este ano, o décimo ano é obrigatório. Portanto o governo disse transporte subsidiado primeiro, segundo e terceiro ciclo, está lá preto no branco. Portanto o Regulamento está adequado. No que diz respeito ao subsídio escolar é importante dizer aqui duas ou três coisas e não nos inflamarmos demasiado, porque nunca foi essa intenção, mas a de esclarecer e avisar os pais do seguinte: primeiro, desde há três, quatro anos, que para facilitar a vida dos encarregados de educação que trabalham, se pediu a colaboração às Juntas de Freguesia, que pudessem, com as nossas listas, com as declarações que mandamos, que pudessem receber ao fim do dia, ao sábado quando vocês, senhores presidentes de Junta, poderem abrir as portas ao serviço público da freguesia, fizessem esses pagamentos, por nós. Com uma listazinha ou um recibo onde o pai obrigatoriamente tem de assinar como recebeu até para que o processo, todo ele, fique documentado, como se faz se vier à Câmara. O pai se vier à Câmara tem de assinar a ordem de pagamento, exatamente a mesma coisa e esse aspeto não é dispensável, tem de existir. Aquilo que o senhor presidente de Junta em conversa que tivemos ao telefone me disse foi, que este ano, já depois da transferência feita, foi feita para todos, fazemo-lo todos os anos para toda a gente, dentro de uma normalidade, este ano fizemo-lo da mesma forma. Quando me comunica que não está disponível para..., eu só tenho de comunicar aos pais das crianças do Centro Escolar de Macieira que na Junta não há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

disponibilidade para isso e portanto terão de vir levantar o dinheiro à Câmara, ponto final, é tudo. É tão simples quanto isso. Diga, como é que fiz a transferência. Mas, pedi a alguns senhores presidentes de Junta? Isso está, digamos, quase que instituído entre nós que é assim. O procedimento foi este, foi nesta linha, tornou-se habitual, ninguém se opôs e portanto foi na boa-fé de todos que se fez. Portanto ao ser devolvido teve de se explicar aos pais o que se estava a passar. Quanto ao ATL do primeiro ciclo. Eu comungo perfeitamente daquilo que o senhor disse e a prova disso é que quando me puseram a questão de haver necessidade de em Macieira o fazer, e eu disse, da nossa parte não há qualquer inconveniente. Como digo em todas as outras freguesias, mas também disse, como é hábito para que a situação seja devidamente refletida, que queria reunir com a Associação de Pais, exatamente porque achei estranho. E com certeza que uma senhora da comissão de pais que faz parte da instituição em que o senhor também preside pode testemunhar o que é que eu lhe disse, estranhava de facto que havendo na freguesia um ATL, houvesse esta necessidade. Portanto eu devolvi o assunto à associação de pais, no sentido de que dentro da escola se são os representantes dos pais com os interessados resolvessem este problema. Não pusemos qualquer obstáculo, foi isto exatamente sem tirar nem pôr. Quem referiu as dificuldades, o senhor presidente de Junta de Silvares, dos montantes do pagamento do prolongamento. Isto decorre do contrato-programa que todos os anos assinamos com a Direção Regional da Educação do Norte e daquilo que está vertido na lei para o prolongamento de horário. O que nós fizemos foi simplificar o modus operandi quanto aos escalões. A proposta inicial tinha seis escalões, isto em termos de atribuição é muito complicado, e portanto mediante aquilo que a lei permitia, fizemos uma simplificação para três escalões. Convém referir que o prolongamento de horário, em alguns casos, vai até seis horas, obrigando a pelo menos duas pessoas na escola. Mesmo assim, já estamos a facilitar bastante às famílias, porque a Direção Regional da Educação impõem que haja no mínimo catorze alunos para haver prolongamento, nós já estamos a facilitar aos dez. Portanto há aqui um dar de mão para que as coisas se facilitem. O valor não é elevado porque estamos a falar de um escalão que atinge salários já bastantes altos, os outros pagam cinco, sete euros por mês. Não tem significado nenhum num mês inteiro, se formos aí a uma instituição qualquer pôr o nosso filho, em função dos nossos rendimentos, no caso do terceiro escalão pagam quatrocentos euros, trezentos euros, duzentos euros. Estamos a prestar aqui um serviço público, mas estamos a prestá-lo condicionado por aquilo que temos protocolado pela Direção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Regional da Educação.» -----

----- De seguida foi posta á votação a proposta número dois do seguinte teor: A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Regulamento de Ação Social Escolar para a Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, conforme estabelece a alínea a) do nº 2 do art.º 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na redação dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por trinta e seis votos a favor, nove abstenções dos seguintes membros: Jorge Manuel Neto; António Filipe Barbosa; José Augusto Campos de Barros; Carlos Manuel Nunes; Virginia Santos Monteiro; Joaquim José Bessa; Maria Emília Chamusca; Carlos Pedro Moreira, presidente de Junta de Freguesia de Meinedo e António de Sousa Meireles, presidente de Junta de Caide de Rei. E um voto contra do seguinte membro: Alberto Carlos Sousa, presidente de Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- Com a seguinte declaração de voto senhor Carlos Manuel Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “ A declaração de voto vai no sentido do próprio voto em si, foi uma abstenção. Pois como bem sabemos qualquer regulamento é sempre passível da introdução de alterações, quer através de adendas ou aditamentos. E este será merecedor da introdução de algumas alterações, aqui bem explanadas pelos senhores presidentes de Junta. E que eu aproveito para sublinhar: porque não regulamentar o prolongamento do horário escolar do primeiro ciclo do ensino básico; porque não, também otimizar, isto não no ponto de vista de alteração ao regulamento, mas porque não otimizar a oferta ATL no concelho, integrando a oferta social existente; porque não assumir uma praxis mais contundente com a responsabilização e com a competência das Juntas de Freguesia, protocolando algumas das competências aqui previstas e não servindo-se das Juntas de Freguesias para suportar transações de dinheiros? Porque não protocolar, efetivamente esta transferência de competências, que já delegam do ponto de vista instituído, assim mais ou menos formal ou informal, mas porque não protocolar, formalizar essa transferência de competências para as Juntas de Freguesia, dando-lhe essa competência, dando-lhes essa responsabilização, porque não o fazer? Em vez de instituímos aqui mecanismo, que enfim, não correspondem a esta prática



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mais formal e devida que deve ser tida. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Luís Pacheco, presidente de Junta de Freguesia de Nevogilde. -----

----- SÉTIMO PONTO - Autorização para assunção de compromissos plurianuais – Prestação de serviços de manutenção a equipamentos; -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Esta autorização prévia da lei dos compromissos, Lei número oito de dois mil e doze. Tenho algumas dúvidas, gostava de questionar o senhor presidente de Câmara, para nos ajudar na interpretação desta autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, pelo órgão deliberativo competente, que diz que deverá ser dada aquando da aprovação das grandes opções do plano. Ora a aprovação das grandes opções do plano será tida na próxima Assembleia Municipal. Diz no âmbito desta proposta que a Câmara Municipal desconhecia a lei número oito, aquando da apresentação das grandes opções do plano para o corrente ano de dois mil e doze. O que é certo e que é verdade, porque efetivamente a lei é de vinte e um de fevereiro de dois mil e doze. A minha dúvida, a minha questão é: se esta autorização prévia ao abrigo deste artigo e ao abrigo desta lei, pode ter este efeito retroativo, de que é, de nós aprovarmos nesta Assembleia algo que deveria ser aprovado na próxima Assembleia aquando da apresentação, aprovação, discussão e votação das grandes opções do plano para dois mil e treze. E depois a questão de fundo que se coloca que eu ouvi agora da leitura da proposta, tinha que ver, qual a real necessidade de liquidação colocada nos próximos três meses, que no fundo é o tempo que medeia esta Assembleia e o efeito prático da próxima Assembleia.» -----

----- Resposta do Sr. presidente de Câmara: «Isto decorre da própria lei. Estavam-me aqui a lembrar a questão. Isto não constava do PPI, vai constar agora do PPI, esta despesa tem que em função dessa circunstância, ser devidamente acautelada, previamente, no sentido de poder projetar este contrato nos três anos cívicos que estão em apressa. A circunstância é esta.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número três do seguinte teor: “ A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por três



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

anos plurianuais, referente à prestação de serviços de manutenção a equipamentos, adjudicada à firma SOREVCO – Instalação de Aparelhos de Refrigeração e Ar Condicionado, tendo em conta que embora a execução do concurso seja para o prazo de 2 anos a mesma terá efeitos em 3 anos civis, no ano de 2012: 2.812,50€ + Iva à taxa de 23%; no ano de 2013: 11.250,00€ + Iva à taxa de 23%, e no ano de 2014: 8.437,50 + Iva à taxa de 23%, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.ª da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012” -----

----- A proposta número três foi aprovada por quarenta e cinco votos a favor, uma abstenção do seguinte membro: Carlos Manuel Nunes. -----

----- Com a seguinte declaração de voto do senhor Carlos Manuel Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “ De facto a explicação que me foi dada acabou por não me satisfazer do ponto de vista de esclarecimento de dúvida. Mantenho ainda as dúvidas relativamente às questões colocadas. E bem assim, porque não, aprovarmos ou autorizarmos esta deliberação na próxima Assembleia e porquê fazê-lo nesta?” -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Moisés Ribeiro, presidente de Junta de Freguesia da Ordem. -----

----- A Mesa autorizou o senhor presidente de Câmara a prestar mais um esclarecimento relativo ao sétimo ponto: «Como compreendem, todos os presentes, isto é mais uma consequência da burocratização, é simples responder. É a forma burocrática, os municípios, amanhã como sabem vão-se reunir de uma forma contundente para tomarem medidas e evitarem este tipo de abordagens, que eu entendo que são perfeitamente burocráticas para resolverem problemas que ainda há bem pouco tempo não eram necessários vir aqui. Estas despesas prolongam-se por mais tempo, mais de um ano, isto não era, conforme a sua alusão, não era corrente nem normal isso acontecer. Infelizmente porque alguém pensa por nós todos e impõe regras de cima para baixo, como os municípios portugueses gradualmente vão perdendo a sua autonomia administrativa e financeira, conforme está estatuído na constituição. E que nós, conforme ouvi estes dias, um alto responsável da Associação Nacional Municípios dizer com alguma propriedade que às tantas vão propor ao senhor ministros das finanças e ao senhor primeiro-ministro, que no próximo ano não haja eleições e que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nomeie o governo no meio de trezentos e tal gestores para cada uma das Câmaras em apreço, é a fórmula mais simpática, mais razoável e conforme os propósitos de não sei há quantos anos. A fórmula razoável é esta infelizmente.» -----

----- A Mesa autorizou excecionalmente uma intervenção breve do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima Assembleia, como compreenderão dita a minha consciência e dita também aquela que deve ser a minha responsabilidade questionar aquilo que tenho dúvidas. E percebendo a segunda intervenção do senhor presidente de Câmara já a título excecional como é esta a minha intervenção, também a título excecional, percebendo isso. Não podemos fazer da regra nem oito nem o oitenta, ou seja, não podemos deixar de regulamentar nem regulamentar em excesso. E portanto aqui diz-nos o bom senso que havendo dúvidas sobre a matéria, elas sejam esclarecidas e junto daqueles que naturalmente devem deter maior informação do que aquela que temos até ao momento.» -----

----- OITAVO PONTO - Atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos dirigentes; -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Esta intervenção será muito semelhante à intervenção que me antecedeu senhor deputado João Ferro. Vai ser desnecessária e infeliz.» -----

----- Esclarecimento da Presidente da Mesa: «Pode intervir sobre o ponto que estamos a tratar não vamos estar aqui a trocar impressões uns com os outros.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP (continuação): «Naturalmente seguindo a mesma lógica da declaração de voto que me antecedeu. Acabo por fazer uma intervenção, eu percebo isso, eu percebo claramente, ou seja, temos que justificar e enquadrar os parâmetros da boa conduta dos trabalhos da Assembleia Municipal para ambas as bancadas e não só para uma. A última intervenção foi desnecessária e infeliz, tanto que dita o Regimento desta Assembleia Municipal.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Esclarecimento da Presidente da Mesa: «Reparem numa coisa: permiti que o senhor presidente desse uma resposta, abri um precedente, deixei que o Carlos Nunes fizesse uma intervenção. O senhor Ferro tem razão, e fazendo um “á parte”, efetivamente já não é a primeira vez que faz uma declaração de voto... A pessoa quando faz declaração de voto fá-la para explicar o porquê da tomada de posição que tomou, não é estar aqui com pormenores e com ataques de um lado e do outro. Neste momento pode falar relativamente ao ponto que estamos tratar.» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP (continuação): « Eu interpele a Mesa para que aquando de uma declaração de voto que não justifique o voto, faça de facto a interrupção da própria declaração. É que até ao momento todas as declarações de voto foram para justificar o sentido de voto. Todas elas. Para dizer à Assembleia que vamos votar favoravelmente este ponto.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da proposta de atribuição das despesas de representação aos titulares de cargos de dirigentes, nos termos do nº 1 e 2 do art.º 24 da lei 49/2012 de 29 de Agosto” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de quarenta e seis votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Moisés Ribeiro, presidente de Junta de Freguesia da Ordem. -----

----- NONO PONTO - Segunda revisão ao orçamento da receita, despesa e plano plurianual de investimentos -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da segunda revisão ao Orçamento da Despesa e da Receita e segunda revisão ao Plano Plurianual de Investimentos nos termos da alínea b) do nº 2 do art. 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

A/2002, de 11 de Janeiro” -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de quarenta e seis votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Moisés Ribeiro, presidente de Junta de Freguesia da Ordem -----

----- DÉCIMO PONTO Autorização genérica para assunção de compromissos plurianuais para os encargos que não excedam o limite de 99.759,58 € -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, pelo órgão executivo para os encargos que não excedam o limite de 99.759,58 €, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos” -----

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de quarenta e seis votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Moisés Ribeiro, presidente de Junta de Freguesia da Ordem -----

----- DÉCIMO PRIMEIRO PONTO: Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação Serviços do Município de Lousada -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número sete do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Lousada, conforme estabelece a alínea a) do nº 2 do art.º 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na redação dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- A proposta número sete foi aprovada por quarenta e cinco votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: Francisco Xavier Pires -----

----- Com declaração de voto do senhor Francisco Xavier Pires da CDU-Coligação Democrática Unitária: «Abstive-me, porque no que concerne aos estabelecimentos do grupo dois e três, eu acho que deveria ser alargado o horário de funcionamento aos fins-de-semana e férias escolares. Porque os nossos jovens, é preferível gastarem e estarem mais no nosso concelho, do que os estabelecimentos fecharem à meia-noite, e a partir dessa hora, e às vezes já com álcool a mais, irem para outros concelhos vizinhos, deixarem lá a mais-valia e causando acidentes» -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Moisés Ribeiro, presidente de Junta de Freguesia da Ordem -----

----- DECIMO SEGUNDO PONTO: Alteração à Tabela de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número oito do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da alteração do ponto dez, quadro trinta e seis do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e outras Receitas Municipais, conforme estabelece a alínea a) do nº 2 do art.º 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na redação dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro” -----

----- A proposta número oito foi aprovada por unanimidade de quarenta e seis votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Moisés Ribeiro, presidente de Junta de Freguesia da Ordem -----

----- DÉCIMO TERCEIRO PONTO: Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Macieira – Protocolo para a gestão da feira retalhista de São Gonçalo -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou de seguida à votação da proposta número



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nove do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização para delegar na Junta de Freguesia de Macieira a competência para a gestão da Feira Retalhista de São Gonçalo, mediante a celebração de protocolo, em cumprimento do estabelecido no nº 1 e alínea e) do nº 2 do art.º 66º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na redação dada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro” -----

----- A proposta número nove foi aprovada por unanimidade de quarenta e seis votos.-----

----- Com declaração de voto do senhor Alberto Sousa presidente da Junta de Freguesia de Macieira: “ Obviamente que o meu voto tinha de ser favorável, mas não queria deixar passar esta sessão sem agradecer como residente na freguesia, morador e também nato, mas em nome dos feirantes que maioritariamente são da freguesia, agradecer-lhes o vosso voto. Em nome de Macieira muito obrigado, muito obrigado Câmara e muito obrigado também Assembleia Municipal” -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Moisés Ribeiro, presidente de Junta de Freguesia da Ordem -----

----- DÉCIMO QUARTO PONTO: Reorganização Administrativa nos termos Lei nº 22/2012 de 30 de Maio -----

----- A Câmara Municipal de Lousada apresentou um parecer, em cumprimento do nº 2 do art.º 11º da Lei nº 22/2012 de 30 de Maio, bem como um parecer de cada Assembleia de Freguesia que constitui o concelho. -----

----- A Mesa pôs à discussão a proposta número treze do seguinte teor: “ A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente, concordando na íntegra com o parecer apresentado pela Câmara Municipal, o qual foi aprovado por unanimidade, propõe que a pronúncia da Assembleia Municipal seja no sentido de não apresentar qualquer projeto de reorganização administrativa do território das freguesias, com os fundamentos constantes do referido parecer, e de manifestar junto da Assembleia da República a sua oposição a esta reorganização administrativa, reclamar e peticionar junto das forças político-partidárias com assento na Assembleia da República que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

promovam todas as iniciativas de âmbito legislativo, nos termos e para os eleitos do disposto na Constituição da República Portuguesa, por forma a garantir a revogação de toda a legislação que visa extinção, fusão ou agregação de freguesias” -----

----- Intervenção do Sr. Xavier Pires da CDU- Coligação Democrática Unitária: «Convém referir e mais uma vez e nunca será demais a coerência da CDU, quer seja em Lousada ou de qualquer outro ponto da país, referente a esta matéria. Também é de todo conveniente recordar as Moções e os Pareceres apresentadas, contra a reorganização administrativa, extinção, fusão de freguesias, não somente aqui nesta Assembleia, como também as aprovadas, nos congressos da ANAFRE-Associação Nacional de Freguesias, sendo que o último congresso se realizou há cerca de quinze dias em Matosinhos. É de realçar que os Pareceres apresentados pelos órgãos autárquicos, mais propriamente pelas Assembleias de Freguesias do Concelho de Lousada, estejam em sintonia e concordância, de dizer não à reestruturação, agregação, fusão, integração ou extinção, o que lhe queiram chamar. Nesta conjuntura é de todo honesto enaltecer os órgãos autárquicos, e aqui em especial os senhores presidentes da Junta aqui presentes, nunca descorando os restantes elementos. Porque os senhores presidentes das Juntas são eles que primeiramente dão a cara às populações, e como tal nas suas tomadas de posse de um cargo público, eleitos democraticamente pelo povo, afirmaram solenemente cumprir com lealdade as funções que lhe foram confiadas, pelo povo que os elegeu. Ora nesta condição de representantes dos anseios da maioria dos cidadãos, os senhores presidentes das Juntas de Freguesia, têm um papel preponderante na luta contra esta teimosia do governo central, *Troikiano*, para não dizer tirano, em querer liquidar o Poder Local, sendo este também um dos símbolos da democracia e um dos direitos que a revolução de Abril nos deu.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvaes: «Eu quero antes de mais fazer aqui um processo de intenções e ser claro relativamente àquilo que vou falar. Eu estou aqui e vou falar a título pessoal e só a mim, aquilo que disser, me prende. Esta intervenção é na sequência de uma que fiz aqui há algum tempo, o meu ponto de vista está inquinado desde o início. E está inquinado desde o início e é fácil atribuímos responsabilidades sempre aos outros, mas de facto aqui neste concelho de Lousada, este processo acabou por ser inquinado por um certo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

eleitoralismo, que aliás é o mesmo que faz com que haja intervenções e um determinado tipo de posições ao nível do país. E esse certo eleitoralismo escusa-se numa certa falsa democracia, uma certa pseudo-consulta popular, em que tudo é remetido para uma espécie pseudo-consulta popular para que nada mude, digamos para que fique tudo na mesma. Nós sabemos que muito daquilo que se passa na europa e se passou na nossa história foi porque houve ousadia, coragem de refletir, ousar fazer diferente. Neste processo o que não aconteceu foi uma verdadeira discussão. Ainda agora ouvi o senhor Xavier em nome do partido comunista basear-se naquilo que são intervenções da ANAFRE, de um conjunto de outras pessoas, mas nós aqui enquanto membros desta Assembleia, estamos a representar os lousadenses, e sobre este assunto a única questão que eu gostava de colocar é, o que é que foi feito em termos de discussão local, o que é que foi feito em termos de reflexão efetiva de trabalho sobre este assunto? As posições que foram tomadas e que a Câmara Municipal vem trazer para esta Assembleia são posições estudadas, de certa maneira, em posições, digamos, vindas de outros órgãos. Qual é a nossa autonomia de pensarmos pela própria cabeça? Qual é a nossa responsabilidade enquanto eleitos locais em estudar, em verificar possibilidades sérias de que neste concelho pudesse ser encontrada uma resposta diferente daquela que agora vai ser plasmada? E falo isto sobretudo pelo seguinte: toda esta posição plasma-se numa ideia que veio sempre a público, que o ministro Relvas pudesse cair; a segunda é que houvesse um conjunto de interpelações e um conjunto de tomadas de posições das freguesias para impedir o processo; remeter ao tribunal constitucional para que isto não avançasse. Tudo isso são questões muito interessantes. Aquilo que eu pergunto é, findo esse processo, porque isto está plasmado em lei, já não estamos a falar em meras consultas, havendo uma posição que venha do governo central que nos imponha uma reforma administrativa ou um mapa, esse sim a “régua e esquadro”, qual é a nossa responsabilidade enquanto autarcas para defendermos uma posição diferente? E é neste sentido que eu venho alertar esta Assembleia, que dentro daquilo que a própria lei permite, nós nos possamos preparar para responder no tempo que a lei permite, para colocarmos uma alternativa a uma proposta que possa vir a surgir. E depois há uma coisa que eu estranho no meio de isto tudo, ainda hoje ouvi falar na necessidade de cada vez mais autonomia, ouvi falar que as Câmaras Municipais estão a perder cada vez mais autonomia. Neste processo todo, toda a gente só falou na “régua e no esquadro” e nunca vi aqui ninguém defender que de facto com esta reforma era possível, e é isso que é importante que nós façamos essa pressão e essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

reafirmação, de maiores competências, de maior autonomia para as freguesias, para que elas possam ter a dignidade que hoje não têm. Todos nós sabemos que neste momento as freguesias, toda a gente faz a apologia das freguesias como estão, dos cargos e das competências que os presidentes da Junta têm, mas de facto, nós não somos mais do que aquele indivíduo que está na casa do senhor rico e apenas come as migalhas que são sobradas da sua mesa, ou seja, ao nível do poder local as autarquias perante o poder mais próximo que é a Câmara Municipal não tem autonomia, não tem capacidade própria porque tudo o que possam fazer e pura e simples delegação da Câmara Municipal. O senhor presidente da Câmara aqui há uns tempos falou que no futuro os presidentes de Junta seriam meros atestadores. Por lei basicamente é isso que são, pelas competências que lhe são atribuídas, tudo mais são delegações. O que eu pergunto o que é que foi feito nesta Assembleia, o que é que foi feito por esta Câmara que tanto defende o poder local, para que de facto haja este princípio de cada vez mais autonomia, mais competências próprias para as Juntas de Freguesia? Eu tenho muitas reservas em relação a esta reforma, há muitas coisas que não estão corretas, aliás se formos verificar as leis deste país todos nós temos reservas em muitas delas. Agora a questão é outra, o que é que fazemos para dentro do enquadramento legal que esta reforma permite, e vamos ser claros, aquilo que era a proposta do “Livro Verde” passava por uma redução enorme de freguesias no concelho, a lei que hoje nos é imposta exigiria apenas a redução de oito freguesias. Temos aqui um leque muito grande que permitiria um trabalho de facto concreto de verificarmos, aí sim, noutra perspetiva, qual é o projeto de desenvolvimento para o nosso concelho. Ora nesse é que ninguém quer pegar e aí é que falhamos todos. Porque neste momento todos os presidentes de Junta se queixam da situação em que estão, ainda há bocadinho se falou nas transferências que não chegam da Câmara por constrangimentos que todos sabemos é um facto, mas acho que é altura de também nós tomarmos uma posição diferente relativamente áquilo de como nós vemos o desenvolvimento integrado do concelho. E portanto eu nessa linha sou dos primeiros que acho que as Juntas de Freguesia têm de aumentar efetivamente as suas competências próprias, não delegadas, têm de ter mais autonomia, têm de ter sobretudo muito mais dignidade e essa mesma dignidade só se consegue com uma reforma, talvez não seja esta também concordo que em muitos aspetos isso não está plasmado na reforma, é muito ambíguo, devia ser muito mais concreto. Mas o que eu pergunto é o que é que foi feito no país pela ANAFRE é pelos outros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nessas linhas, tudo o que veio plasmado em muitas posições da ANAFRE é só contra a “régua-esquadro” não há uma posição clara pela necessidade de autonomizar, dignificar cada vez mais o poder local, esse que todos reclamam do 25 de Abril. Outra questão é aquela que foi colocada pela Câmara às Juntas de Freguesia. Peço desculpa, mas acho que foi um embuste completo, pela palavra inclusive. Porquê? Porque a pergunta que foi feita à Junta de Freguesia e às Assembleias de Freguesia, sem haver um trabalho, sem haver esclarecimento, sem reunir com os presidentes de Junta e perceber qual era o enquadramento disto, fazer uma pergunta do sim e do não é previamente esperar uma resposta que foi a resposta que todos nós demos, claramente não podia ser outra. A questão da resposta só depende de uma boa pergunta, aquilo que aconteceu neste processo foi que a pergunta não foi bem colocada. Esta “ligeireza” é a palavra que eu encontro como este processo foi conduzido pela Câmara Municipal a quem devia o papel fundamental de tratar o assunto, de reunir com os presidentes de Junta, de chamar as forças vivas das freguesias para perceber a situação, se quisesse de facto fazer um papel sério que nunca aconteceu, pode-nos levar a uma irresponsabilidade muito grande, se não forem tomadas atempadamente dentro do enquadramento da lei, as posições que deviam ser tomadas, para evitar que nos imponham uma reforma que seja, digamos que lese os interesses da freguesia e dos cidadãos de Lousada.» -----

----- Intervenção do Sr. António Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei: «Excelentíssima presidente uma saudação especial, excelentíssimo presidente Dr. Jorge e demais membros do executivo, excelentíssimos membros desta Assembleia, excelentíssimo público e comunicação social presentes. Gostava de começar do seguinte modo: estou de luto, estamos de luto, este período de nojo que atravessamos é pesado e doentio. Mais pesado e doentio do que imaginamos, aumentou em mim ao ler as palavras contidas na ata do executivo sobre esta matéria. O pessimismo e um certo desnorte tomou conta de alguns de nós, senão vejamos: eu li e passo a citar as considerações nomeadamente do senhor presidente de Câmara: “...esta lei não vai ter consequências ... a lei não é exequível, não atinge os objetivos da necessidade de poupança.... Caíde de Rei tem uma posição diferente, admite a extinção... as freguesias do concelho e de uma forma quase unânime há uma predisposição para não se reverem na própria legislação”. Diria, digo que na sua proposta senhor presidente de Câmara há realmente uma nega face à sua proposta. O senhor vereador Pedro Machado fez a proposta que transcrevo: “Nós, eleitos pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

partido socialista na Câmara Municipal de Lousada, recusamo-nos a apresentar à Assembleia Municipal de Lousada qualquer proposta...” Motivos da recusa, um alfabeto completo de dúvidas, contradições, medos, estados de ansiedade, nervosismo e ameaças. E passo a ler o que o senhor ditou para a ata: “ ... não se atinge a diminuição da despesa pública nacional... as freguesias ganham escala, ou seja extinguem-se, criam-se novas de maior dimensão ... a agregação de freguesias aumenta a área do território e o número de eleitores e, conseqüentemente também aumentará o número de eleitos em regime de permanência, a tempo inteiro ou a meio tempo, o que implicará um acréscimo de custos com o pagamento das respetivas remunerações.” Entretanto diz: “ ...estima-se que a extinção de freguesias determine uma redução de custos de apenas seis milhões e meio de euros... Acresce que é muito previsível que haja necessidade de contratar recursos humanos com as necessárias qualificações para fazer face às novas responsabilidades assumidas...” Significa isto que do lado dos eventuais ganhos, a extinção de freguesias não se justifica...Recusamos uma reorganização administrativa ... que se apoia em critérios numéricos ou em desenhos de régua e esquadro ... se estas se agregarem, as transferências a receber pela “ União de Freguesias” serão certamente inferiores à soma das transferências que cada uma delas recebe atualmente. O que a lei diz é totalmente o contrário que há um aumento a nível das transferências. “ ... quem ficará a perder são as populações locais e em particular, os mais desfavorecidos que deixarão de ter proximidade com o presidente da Junta ... contrariamente ao que o governo alega, as freguesias agregadas perderão a sua identidade, pois vão deixar de existir, passando elas próprias à história dando lugar a uma nova freguesia.” E a este respeito diria que dentro da minha própria povoação e, todos nós conhecemos a realidade de cada povoação, de cada freguesia, nós percebemos perfeitamente que os lugares que existem que hoje deram lugar a ruas e avenidas e com nomes, esses lugares foram sempre lugares com identidade, nunca a perderam, ainda hoje a tem presente e viva, seja lugar da Estação ou da Sobreira que vincadamente têm a sua própria identidade e não foi qualquer reforma administrativa que a passou à história. “ ...as freguesias extintas perderão os seus símbolos, as suas bandeiras os seus hinos, as suas marcas, os seus cunhos... As populações locais devem ser previamente auscultadas e participar ativamente nesse processo.” Fizemos sessões públicas abordamos o processo e aquilo que acontece é que aquilo que a população mais pede seja da parte dos presidentes de Junta ou de quem está no terreno, é apenas um bom serviço, pede-se que haja novas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dinâmicas e que essas dinâmicas tragam realmente um serviço de qualidade. O que daqui posso concluir é que as pessoas que aderiram a este assunto praticamente, ninguém, estão muito mais preocupadas com outras questões do que nestas matérias. “ ...A tensão social... o desemprego terá fortes resistências gerará muita insatisfação e contribuirá para o aumento da tensão social. Basta pensar na perturbação que causará a escolha da sede da respetiva “união de freguesias”..... Esta reorganização administrativa é uma teimosia da coligação que aprovou a Lei nº 22/2012, com uma maioria pouco expressiva ... Nós os eleitos pelo partido socialista na Câmara Municipal, não fomos mandatados por quem nos elegeu para extinguir freguesias e saudamos ...os eleitos das Juntas de Freguesia e Assembleia de Freguesia que, mediante consulta da Câmara manifestaram igualmente a sua indisponibilidade para aceitar esta reorganização administrativa.” E aqui interrompo, referindo que o que recusaram foi a proposta do nosso presidente de Câmara, que passaram ao lado da legislação, salvo raras exceções de uma ou outra freguesia que foram ao encontro daquilo que a lei pedia, nomeadamente em relação ao parecer. “ ...Face ao exposto, os eleitos pelo partido socialista, (não foram eleitos pela população, foram eleitos pelo partido socialista) são de parecer que a pronúncia da Assembleia Municipal deve ser no sentido de não apresentar qualquer projeto de reorganização... reclamar e peticionar das forças político-partidárias com assento na Assembleia da Republica que promovam todas as iniciativas de âmbito legislativo”. Mas é isso mesmo que temos em mãos. É algo que é fruto de um trabalho legislativo, bom ou menos bom, cabia ou era da nossa competência fazer também uma reflexão séria, que não foi feita. O parecer da Assembleia de Freguesia de Caíde de Rei independentemente das forças partidárias ou políticas deu o seu parecer por unanimidade, mesmo que tenham levado da parte das comissões políticas informações para tomar esta ou aquela posição, e isto é público ficou em ata, nomeadamente na parte da Freguesia de Caíde, e independentemente dessas posições, manifestou-se aquilo que deveria ser, à partida, a manifestação de todas as freguesias do concelho que era refletir sobre a própria legislação. Eu diria mas que ambiente este. A legislação em estudo aponta no seu artigo sétimo: “flexibilidade da pronúncia da Assembleia municipal”, está previsto que a Assembleia municipal goza de uma margem de flexibilidade. Estarmos pela negativa, entendo que não será a melhor estratégia, a legislação abre às propostas e dá margem de reflexão desde que devidamente fundamentada. O tempo presente é de esperança, de que possa surgir algo de novo, renascer deste pessimismo e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

do medo que nos querem impor eu não concordo. Basta olhar, basta escutar e basta sentir as pessoas e o cidadão comum e o que acontece nesta matéria e naquilo que é a própria reforma, há momentos discutimos a questão de uma transferência de uma verba para fazer face à questão de subsídios, e eu poderia colocar, porque não, da parte do município delegar competências na freguesia para recolha de receitas que habitualmente as pessoas têm de vir à Câmara pagar. Não é facilitada a vida às pessoas nesta matéria, têm de se deslocar para pagar aquilo que lhe chega a casa mensalmente ou de acordo com aquilo que serão as suas obrigações, é nisto que se tem de refletir. E concluo com o seguinte pensamento, nós estamos numa Comunidade Intermunicipal das Regiões do Tâmega e Sousa e ninguém reclamou, ninguém fez confusão, ninguém fez barulho. O concelho agrupou a educação e pelo menos da minha povoação e das povoações vizinhas ninguém abriu guerra nem entramos em campo aberto. O concelho implementou uma rede social, se funciona melhor ou pior cada um saberá, e fez depender toda a sua estratégia de uma única unidade orgânica e até hoje, à partida, ninguém reclamou. Caíde de Rei com o seu parecer e espero que este parecer siga para a unidade técnica, porque de contrário irei fazer chegar o documento à própria unidade técnica. Caíde de Rei com o seu parecer procura a aproximação e o abrir das suas fronteiras. Caíde de Rei com o seu parecer mostrou aberto à esperança de que este tempo de nojo termine. O parecer de Caíde de Rei é uma firma posta no progresso das comunidades, apontadas com escala, em rede, em parceria, com estratégias bem definidas à luz do que se procura com o plano de desenvolvimento territorial para o Tâmega e Sousa. E com isto com as maiores leituras ou as diversas opiniões, nós devemos ser sérios em questões de fundo, nomeadamente nesta matéria. Eu não vejo qualquer inconveniente em que Torno, Vilar, Caíde e Meinedo possam ter uma colaboração próxima, poderá no momento não ser para alguns dos eleitos a melhor oportunidade para isso, mas os tempos mudam, evoluem, os tempos passam e a teimosia de uns quantos, perceberão a um curto prazo que cada vez teremos de ser comunidade, cada vez mais gerir os dinheiros com responsabilidade e esta responsabilidade ganhará mais escala se formos mais próximos, e se esta proximidade tiver a participação ativa dessas mesmas comunidades, porque ninguém criou a guerra ao nível administrativo do agrupamento de escolas de Lousada Este. O centro administrativo dá resposta àquilo que é atividade escolar no Torno, em Vilar, em Caíde e em Meinedo, as escolas não foram encerradas, do mesmo modo como nós no nosso parecer da freguesia de Caíde não defendemos o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

encerramento de Junta, seja ela qual for, mas sim numa dinâmica, dentro da flexibilidade que esta Assembleia Municipal podia apontar e apresentar, criar um projeto pioneiro a nível do país, com uma dinâmica de aproximação das comunidades.» -----

----- Era uma hora e vinte e oito minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia o seguinte membro: Jorge Neto -----

----- Intervenção do Sr. Amâncio Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa: «Estimada Mesa, senhores vereadores, senhores deputados, público. Eu queria dizer que não ia embora sossegado comigo mesmo se não viesse aqui. Houve dois presidentes de Junta que chamaram desonestos aos outros todos. Pelo menos a última intervenção frisou por mais que uma vez “ sejamos honestos” o que quer dizer que os outros presidentes de Junta não estão a ser honestos. Eu na minha Assembleia de Freguesia tenho membros do PS, do PSD e independentes, foram todos unânimes em não vender a freguesia a ninguém. Eu não estou disponível a vender a freguesia a ninguém, nem fui eleito para a vender a ninguém. Parece que há aqui dois presidentes de Junta que são iluminados, contrariamente aos restantes vinte e três, parece que já têm o mapa feito, pelo menos o último, já tinha o mapa feito com quatro freguesias, parece que quer mais alguma coisa para além disto, pelo menos deixou aqui mais ou menos claro para quem estiver atento. Eu acho que não dormia sossegado se não viesse aqui defender os meus colegas, e até pode ser que ainda venham aqui dizer alguma coisa. Quer dizer, “ sejamos honestos” mas sejamos honestos porquê? Nós estamos a ser desonestos ao não querer fusão nem agregar ninguém. Estamos a ser desonestos por isso? Eu acho que não há desonestidade nenhuma, nós estamos a ser coerentes para aquilo que fomos eleitos, fomos eleitos para gerir e defender os interesses das nossas populações e a identidade das populações. Fala-se aqui em freguesias, a *Troika* disse que era para dividir autarquias que passaria por câmaras e freguesias. Ninguém fala nas Câmaras, só se fala nas freguesias, é parente pobre do país? Vamos ter aqui algum bom senso e não andar à procura de algum “tacho” maior do que tem. Dizer que é pacífico juntar Meinedo, Vilar do Torno e Torno com Caíde. Pergunte aos outros presidentes se eles estão de acordo. Eu acho que o pensamento de um presidente de Junta não pode sobrepor-se ao pensamento dos outros.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Socialista: «Para além daquilo que o senhor Amâncio disse, acho que há aqui um ponto importantíssimo para todos nós, a unanimidade atingida na reunião de Câmara. Para além disso penso que a verdadeira posição desta reforma administrativa, é um engano, as populações não são consultadas de início, desde a base, se querem ou não querem. As poupanças e aquilo tudo que nós dissemos em fevereiro de dois mil e doze na Assembleia, não vale a pena continuarmos aqui a discutir até porque este ponto é um ponto unânime, para alguns é lógico. E tudo isto foi um equívoco da *Troika*, pegou no memorando da Grécia e trouxe para cá, não sabia o que era autarquias, não sabia o que eram freguesias, nenhum governo lhes explicou o que é que era isso, nem o governo de José Sócrates nem o governo de Passos Coelho lhes explicou. Teve de ser a ANAFRE a explicar-lhes. E segundo as informações que eu tenho, posso estar a ser errado, a ANAFRE explicou bem e eles se calhar viram que não há aqui nada que possa gerar um ganho substancial de poupança, é para isso que eles cá andam, para ter resultados financeiros. Depois, será que somos nós unanimemente que estamos errados, centenas de municípios fizeram o mesmo, basta lermos os jornais. Outros conseguiram fazer uma reforma administrativa, em sítios mais urbanos, isso percebe-se, Lisboa por exemplo. Portanto nós como o senhor Amâncio disse não fomos eleitos para extinguir freguesias, como não seríamos eleitos para extinguir o concelho de Lousada. Eu até queria ver se eles quisessem juntar Lousada a qualquer coisa o que é que seria disto. Ainda haveria alguém que concordasse? Talvez, mediante o que tenho ouvido. Depois, a declaração que foi aqui citada do Dr. Pedro Machado sobre o posicionamento do PS Lousada, está muito bem e recomenda-se. Tanto se recomenda que o próprio presidente do PSD Lousada disse que não tinha mais nada a opor, unanimemente. Quando me dizem que as freguesias não perdem identidade, eu acho curioso porque existe uma freguesia chamada Vilar do Torno e Alentém e ninguém se lembra de Alentém. Eu sou novo, eu sei, agora que existiu Alentém, alguém reconhece isso, claro que não. Posteriormente, também ouvi aqui que dizer que a vontade do cidadão comum é contra. Não é contra são milhares de pessoas manifestações atrás de manifestações queriam invadir o auditório onde o ministro Miguel Relvas estava, tudo bem eram pessoas da ANAFRE mas eram representantes das populações, vocês foram eleitos pela população, supostamente o vosso posicionamento representa aquilo que a população quer, não vamos andar a perguntar uma a uma pessoa, e não conseguiríamos chegar a nenhum consenso. Isto é democracia. A democracia é o pior de todos os regimes, excetuando todos os outros. Em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

relação a Caíde será que ninguém iria reclamar se a terra com identidade passasse a ser a união das freguesias se Vilar do Torno, Torno, Meinedo e Caíde? Penso que sim. Isto é uma questão que fica no ar e as atitudes ficam com quem as toma e para isso é que foram eleitos pelas pessoas.» -----

----- Era uma hora e trinta e nove minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o seguinte membro: António Filipe Barbosa --

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Tenho algumas coisas para dizer até porque este assunto a mim, que provenho de uma freguesia que é pequena neste concelho, mas tem muita história, data de documentos mais antigos deste concelho, causa-me um bocadinho de moossa. Alvarenga tem muita identidade e já foi estudada por grandes estudiosos Norte Americanos. Eu como sou da mesma escola que o Dr. Fausto, lembro-me sempre daquela passagem do apocalipse de São João que diz o seguinte: “ se tu não és quente nem frio eu vomito-te”. E às duas por três eu não percebo, ora vai de uma lado ora vai do outro. A verdade é esta, esta reforma administrativa é uma porcaria. Não há volta a dar, é um filho enjeitado do senhor e não Dr. Miguel Relvas que tem de avançar a todo o custo porque de outro modo está ali a acendalha para ele de facto cair e já deveria ter caído já toda a gente sabe disso mas isso são outras questões. E mais onde é que está legitimado este governo para fazer esta alteração na lei. Eu estive a ver o programa do governo e não diz nada disto. Eu vou dizer-vos quais são os princípios que deveriam reger a atitude do governo: “ o governo propõe uma agenda reformista e inovadora para o poder local, assente nos seguintes eixos: proximidade com os cidadãos e descentralização administrativa, essa agenda comporta quatro vetores estratégicos destinadas a substituir o paradigma centralista e macrocéfalo por um paradigma de responsabilidade que valorize a afetação de recursos destinadas ao desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental das várias regiões do país, de acordo também com o princípio da subsidiariedade, a descentralização e a reforma administrativa, o aprofundamento do municipalismo, o reforço das competências das associações de municípios, a promoção da coesão e competitividade territorial através do poder local”. Lendo isto, eu penso por exemplo em Alpiarça que é um concelho que tem uma freguesia, se calhar é um concelho que pode eventualmente junta-se a outro. Agora as nossas freguesias, uma pessoa de Meinedo para falar com o presidente, essa é outra, os presidentes de Junta que ganham uma miséria e toda a gente sabe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

isso mas estão vinte e quatro horas disponíveis para acolher todos os cidadãos. E que muitas vezes pegam em carros e meios próprios para ajudar os cidadãos, política de proximidade, que é aquilo que supostamente este governo defende. Vamos ver até que ponto uma “união de freguesias”, vamos supor esse paradigma que foi abordado levaria uma senhora qualquer de Vilar do Torno a ter de se deslocar a Caíde. Eu não estou a acreditar, porque vai ter de haver redução de órgãos autárquicos, que é isso que aqui se defende, eu não estou a ver a haver um executivo em cada freguesia da “união das freguesias”, vai haver um executivo, certo, posso estar errado. E qual é o problema que está aqui. Nós estamos a falar de duas coisas a diferentes, uma é a competências das autarquias e a outra é a divisão administrativa das freguesias. Mais competência deveria haver? Sem dúvida. Mas essa alteração legislativa que eu saiba mas eu posso estar errado, mas que eu saiba, ainda não foi feita. Foi feita uma tentativa para que haja uma divisão administrativa das freguesias e competências ainda não vi nenhuma, isto é preciso que se diga. A culpa, no meio disto tudo não é nossa nem da Câmara como se tenta fazer pensar, a culpa disto é de um governo central que aprova uma lei sem ouvir as pessoas. Eu aqui discordo um bocadinho do Nelson Oliveira a democracia tem mecanismos que nos permitem dar a nossa opinião, democracia direta, referendo, ouça-se a população. Já que aqui se fala em juventudes partidárias, a JS e partido socialista foram às freguesias e ouviram a opinião de muitas, por acaso não fomos a Caíde, mas ouvimos a opinião das pessoas e todas elas disseram que não queriam perder a proximidade à Junta de Freguesia ao presidente da Freguesia porque ele a ajudava, vinha ao centro da vila e lhe trazia os papéis que tinha de entregar não sei aonde, porque lhe ia aviar a receita da farmácia. E com a situação atual, o papel do presidente da junta ganha uma acuidade cada vez maior, todos vocês presidentes de Junta vão desempenhar nos próximos anos um papel de proximidade político e social muito grande e fulcral. A questão aqui é, se nós temos medo de encarar a inovação ou se temos medo é de encarar um erro que vai retirar isso às populações. Porque aquilo que nós estamos a fazer, e isto vem desde um longo período de tempo, o estado alegadamente segundo uma ideia neoliberal precisa de encolher e portanto retira serviços de proximidade, é o que vai acontecer com as freguesias, o objetivo é esse. A redução é parca e as pessoas vão ficar a perder, da mesma maneira que vai acontecer com a reforma judiciária. Quando cada um de nós tiver de ir para Gondomar para defender os seus direitos, as pessoas vão ralhar porque entretanto já se perderam as isenções da autoestrada, porque o gasóleo e a gasolina estão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

quase a atingir os dois euros por litro. Portanto esta é uma questão que este governo e os governos anteriores, não tenho medo de o dizer, não tem um plano de ação relativamente às competências das freguesias e dos municípios que seja integrado e próximo das populações. Portanto não vale a pena estar aqui a deitar culpas ao executivo municipal ou aos deputados municipais ou aos presidentes da Junta de Freguesia, a culpa é do governo que aprova uma reforma administrativa, aprova uma parte pequena, insignificante à revelia das populações, alicerçando-se no desconhecimento e no desconhecimento da lei dessas populações, para agora nos vir sujeitar a nós representantes das populações, que nem sequer fomos confrontados com isso, nem tivemos de dar o nosso parecer para receber o voto das populações. Para agora nos virem dizer: aos meus amigos ou vocês são meninos muito bem comportados e vão acabar por receber aqui umas “esmolinhas” ou então vão ser meninos mal comportados e nós vamos cortar-vos a cabeça e vamos fazer nós, a “régua-esquadro”. Porquê? Porque querem que nós tenhamos medo e aqui nós podemos de facto ter duas opções, ou somos pessoas cheias de esperança que eu diria utópicas e acreditamos que o governo de momento está a agir de muita boa-fé, querem alterar as coisas, vai correr tudo muito bem, ou então, podemos suspeitar e duvidar, e isso é lícito que aconteça, que de facto nos estão a atirar uma pedra e a esconder a mão, porque atrás das freguesias, vem a perda de equipamentos sociais, vai vir a redução das dotações orçamentais e vai vir também não se esqueçam disso a perda de competências e a dificuldades das populações de aceder ao trabalho que é essencial e que é desenvolvido por vós. As pessoas quando precisam de alguém pensam no presidente da Junta de Freguesia. E o presidente da Junta de Freguesia se tivesse de contabilizar horas, como qualquer trabalhador independente, nem mil euros lhe chegavam por mês só para honorários dos assuntos que tomam conta, são voluntários, são pessoas que trabalham, são pessoas que se esforçam. As freguesias devem ser mantidas até que exista um esclarecimento cabal da parte do governo daquilo que quer fazer, das competências que quer dar, até lá, é utopia e é perda de direitos para os cidadãos, é uma perda muito grande em termos culturais, históricos e até económicos e sociais para todos os lousadenses. Defender o contrário, além de ir contra, parece-me e enquanto não houver um referendo, é ir contra aquilo que me parece neste momento o sentimento da população. E se dúvidas existem relativamente ao sentimento da população, seja feita a sua auscultação democrática e veremos quem tem razão quanto à extinção das freguesias.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Era uma hora e quarenta e cinco minutos quando se ausentaram definitivamente desta Assembleia os seguintes membros: Jorge Simão Teixeira presidente da Junta de Freguesia de Cristelos e Moisés Ribeiro presidente da Junta de Freguesia da Ordem -----

----- Intervenção do Sr. António Meireles, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei: «A carapuça não foi destinada desta forma. Se o dormir tranquilo está associado à carapuça enfia quem quiser. Aquilo que eu disse está dito e está gravado. A honestidade passa pela leitura que fazemos dos documentos e os documentos são públicos, foram aprovados pela casa mãe bem ou mal, é um documento oficial e nessa lógica devemos ser honestos à partida e fazer uma reflexão. Se nos é pedido um parecer, devemos dar um parecer de acordo com aquilo que a legislação nos pede, mesmo que no parecer, no final, a gente diga, não. O que acontece da parte de Caíde, entendeu mesmo nesta matéria utópica, entendeu dar o seu o parecer, o seu contributo e a sua reflexão, sem ficar circunscrito apenas a duas questões que não estão plasmadas na própria lei, se aceita ir para ou se aceita em, e limitado a isto, tudo o resto não tem sentido aqui. A oportunidade que temos em mãos e eu acho que aqui o grande contributo desta casa, pena é que seja a esta hora adiantada, este assunto de tanta importância para o concelho ser colocado a esta hora em que alguns já acabaram por se ausentar, mas é no meu entender uma oportunidade para fazer chegar junto do governo da nação, não só dizer não, sem apontar um outro caminho. Dizia muito bem que as populações devem dar o seu contributo, se calhar aquilo que neste momento o governo da nação nos pede da parte da Assembleia Municipal depois dos pareceres das Assembleias de Freguesia, o nosso contributo seja uma oportunidade para se refletir e adiantar algo mais. E entendo que de um modo democrático, sem impor nada a ninguém, não há imposição para Meinedo, Vilar do Torno e Alentém nem para o Torno, a Assembleia de Freguesia de Caíde não avançou com isto como se fosse uma imposição. Olhando àquilo que é a dinâmica da educação, olhando àquilo que poderá ser um projeto de investimento ao nível económico, com a área que está contemplada ao nível do PDM como zona industrial e que poderá dar resposta a nível de um projeto integrado, ao nível das quatro, sem nunca limitar aquilo que é o princípio e a identidade seja de quem for. Pelo menos foi assim que entendi o documento, foi assim da parte de Caíde e da Assembleia e manifestou o parecer que manifestou e nada mais, outras leituras não devem ser cá colocadas, porque estaremos a dar um contributo errado, estaremos a deturpar aquilo que poderá ser a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

curto prazo uma “régua-esquadro” que dirá: é assim meus amigos. Nós sem estarmos ainda agregados já estamos a sentir os cortes, se começamos a notar que ficamos despidos de transferências sem estarmos agregados ou agrupados, aquilo que poderá acontecer é ganhando escala, sem nunca perder a questão da proximidade, porque hoje, seja com o miniautocarro no Torno, seja em Caíde, seja numa resposta conciliada do mesmo modo como o município investiu nos autocarros, poderá haver aqui uma sinergia de esforços no sentido de dar uma resposta de um bom serviço à comunidade no seu todo. Sem colocar aqui questões de lugares ou de possíveis e hipotéticas pretensões para isto ou para aquilo. O parecer que sai de Caíde vai nessa linha, é um documento livre, de pensamento aberto e uma reflexão séria, sem querer dizer que as pessoas não são sérias, da parte do Órgão Assembleia de Freguesia procurou ser sério no parecer, ser honesto no parecer, de acordo com a própria legislação e sem querer ofender ninguém.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares: «Em primeiro lugar para retribuir o vómito ao meu caro amigo João e colocar uma questão muito prática a esta Assembleia, sobretudo à bancada do PS. Que é saber, efetivamente, e eles que nos digam claramente hoje, qual é a posição do PS se a unidade técnica enviar uma proposta para esta Assembleia? Perante essa proposta qual será a posição do PS?» -----

----- Intervenção do Sr. Carlos Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «De facto permito-me fazer este reparo à Mesa, no agendamento deste assunto no último ponto da ordem de trabalhos, efetivamente poderia ter sido aqui considerada este ponto, que é importante, ter sido logo dos primeiros pontos. De facto recordar aqui a origem desta lei, que decorre do memorando de entendimento assinado pelo então governo de José Sócrates com a *Troika*, em dezassete de maio de dois mil e onze e que efetivamente não se trata de alguma teimosia de algum membro deste ou de outro governo. Afirmar isto é ser um pouco leviano na interpretação da decorrência da origem desta lei porque ela decorre deste memorando de entendimento que, enfim, não soube ser acautelado pelo governo do partido socialista á data de dezassete de maio de dois mil e onze. Depois também recordar que este memorando, esta reforma ou esta proposta de reforma foi avançando porque havia ao nível do país um consenso percebido nomeadamente entre os maiores partidos com assento na Assembleia da República para que se fosse reformando o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

poder local do ponto de vista administrativo e não só. E isso foi percebido até por declarações prévias ao próprio memorando, tidas por dirigentes do partido socialista e eu citei aqui a vinte e quatro de fevereiro deste ano essas posições de José Junqueiro, Almeida Santos, Mário Soares e do próprio primeiro-ministro da altura, havia aqui um entendimento percebido entre os maiores partidos com assento na Assembleia da Republica para o avanço de uma reforma administrativa ao nível do poder local. Depois lembrar também aquela que foi a posição da coligação “Lousada Viva” precisamente nessa Assembleia de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e doze, ou seja, para nós sempre foi importante e isso está enunciado na respetiva ata da Assembleia, para nós sempre foi importante que o município de Lousada não se devia alhear da discussão deste assunto. E assim defendemos nessa altura que a reforma administrativa do poder local nunca deveria colocar em causa a perda de direitos e autonomia das freguesias do concelho. Por outro lado, defendíamos também que a reforma administrativa do poder local só deveria avançar sobre consulta e participação ativa das freguesias do concelho. Depois também defendemos que a Câmara tendo por base as alternativas geradoras de consenso possível e desejável deveria lidera este processo e apresentar à Assembleia Municipal aquela que seria uma proposta de parecer. Esta sempre foi a posição da coligação “Lousada Viva” sobre esta matéria. Depois só lembrar aqui que a proposta, enfim de parecer, que hoje iremos aprovar comporta em si um risco da reforma poder avançar sem prudência e cautela pelos melhores interesses do concelho. E aqui aproveitava para sublinhar algo que me parece importante que é uma tomada de posição firme, uma vez que optamos por esta posição de não parecer, de apresentação de uma não proposta, que haja aqui uma tomada de posição firme do município em defesa do parecer formulado pela Câmara Municipal. Sublinhar também em nome da bancada da coligação “Lousada Viva” o consenso político gerado entre os respetivos grupos municipais aqui representados ao nível desta questão. E dizer que efetivamente esta não é a lei ideal mas que este assunto deverá ser valorado para discussão futura nos termos e nos processos mais corretos que todos nós defendemos, inclusivamente em Assembleias Municipais anteriores aqui bem registadas em atas. Terminava com isto, de facto aquilo que mais interessa e mais preocupa às freguesias e ficou bem patente nesta discussão tida, tem que ver com o envelope de transferências de competências para as Juntas de Freguesia e tem que ver com esse acompanhamento do envelope financeiro junto dessas mesmas transferências de competências.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. Amâncio Santos, presidente da Junta de Freguesia de Lustosa: «O senhor presidente de Caíde para além de dizer, “sejam sérios” vem dizer “façamos uma reflexão”. O que quer dizer que nós não fizemos reflexão, ou melhor só é séria a posição dele. Nós não fizemos uma reflexão para chegarmos a este compromisso com as nossas populações, não refletimos, só o presidente da Junta de Caíde é que refletiu. Eu entendo como quero e enfiei a carapuça. Está aqui a passar um atestado de incompetência aos outros presidentes de Junta. Agora vem dizer “façamos uma reflexão”. O senhor está certo porque fez uma reflexão que demorou um dia, nós refletimos depressa, não fizemos reflexão, é isso que quer dizer? Isso é ser sério.» -----

----- Era uma hora e cinquenta e nove minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o seguinte membro: Joaquim Cardoso -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Queria começar por comentar uma afirmação do senhor Fausto, suponho que foi na Assembleia Municipal de vinte e quatro do dois: “...o que se pretende é que esta Assembleia, vote uma proposta para ir à Assembleia da República, é o que está no ponto onze da proposta de Lei. Portanto sejamos sérios uma vez por todas e deixemos de andar aqui a brincar, parecem meninos a “brincar às casinhas””. Na intervenção do senhor Agostinho Gaspar na reunião de Câmara de dezasseis de julho, acaba por definir a posição da coligação PSD-CDS: “ ...Por acaso temos a facilidade de ter neste executivo o Presidente do PS e PSD...” depois diz mais há frente: “...Para ser coerente com este discurso, e eu estou disponível para ser, é que se mantenham intransigentes e não apresentem plano nenhum.” Dr. Fausto considera que o presidente do seu partido vai começar agora a “brincar às casinhas”? Mais, depois o senhor Dr. Carlos Nunes na intervenção de vinte e quatro de fevereiro, diz o seguinte: “... é um erro sobre um erro, estarmos a insistir na apresentação de um parecer não faz sentido, o que faz sentido sim é seguirmos esta sugestão do senhor Presidente da Junta de Freguesia, a qual eu peço à mesa que coloque à votação desta Assembleia este mesmo procedimento aqui sugerido pelo senhor presidente da Junta de Freguesia de Silvares.” Mas qual sugestão, a de “brincar às casinhas”? Agora é que eu compreendo o que na altura não compreendi porque é que os senhores abandonaram a Assembleia, se calhar estavam com pressa de começar a “brincar as casinhas”. Relativamente a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mais afirmações do senhor Fausto, diz ele: “... que é preciso ousadia discussão a nível do concelho, responsabilidade” e depois afirma que: “devemos assumir a responsabilidade por não preparar uma alternativa”. Ousadia é aquilo que de facto estamos a ter, que é não aceitar a imposição com limites temporais definidos, com parâmetros muito predefinidos, não aceitar esta imposição de sina. Esta imposição gerada por um ministro, o senhor Relvas, o hiperativo o voluntarioso, e sobre esta palavra “voluntarioso” gostava de fazer aqui um parêntesis, tive um professor de gestão que por acaso é professor na universidade católica, dizia ele, para mim quando me dizem: “é pá é um tipo bestial é muito voluntarioso”, eu fico de pé atrás, porque se ele é muito voluntarioso e só faz asneiras, vale mais que esteja quieto. O senhor Relvas não faz asneiras a sua intenção é muito bem pré-definida, que é a agenda liberal deste governo que quer destruir o poder mais democrático e popular que existe em Portugal que é poder das autarquias. Quer transformar os presidentes de Junta e os presidentes de Câmara em autênticas gueixas asiáticas, que de joelhos e bandeja na mão vão servir os grandes senhores e não têm capacidade para fazer mais nada do que isso. Relativamente à discussão da Lei nº 22/2012 vou passar para uma situação mais concreta, Caíde de Rei. O senhor presidente afirmou aqui várias vezes, Caíde de Rei está a cumprir a lei, por acaso pedi a uma pessoa amiga e competente que fizesse um parecer, que deixarei aqui para apensar à ata e que pode ser consultado por quem quiser. Relativamente ao facto do presidente da Junta de Caíde de Rei dizer que as palavras integração, fusão, extinção, não estão na Lei nº 22/2012, diz ele: “o legislador utiliza amiúde os termos, reestruturação e agregação de freguesias, em cujo significado cabe, indiscutivelmente, aquele que resulta dos conceitos integração, fusão a que o presidente da Câmara de Lousada quer aludir, em caso algum pode ser entendido que o sentido e o alcance jurídicos da expressão “extinção de freguesias” são distintos daqueles que o legislador imputa às expressões “redução global do numero de freguesias”, (artigo seis numero um) “redução do número de freguesias” (artigo sétimo número um) ou “freguesias anteriores” (artigo nono numero um). Isto é, as freguesias anteriores depois já não existem foram extintas. “Na verdade, decorre facilmente da lei que do ponto de vista jurídico-administrativo, as freguesias “agregadas” ou “anteriores” extinguem-se como pessoas coletivas públicas ou como autarquias locais, dando lugar “a uma nova pessoa coletiva territorial”, ou seja, aquela que é “criada” (artigo nono numero um) com a “agregação” integração, fusão ou extinção das “anteriores” anteriormente existentes juridicamente. E a partir daí já não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

existem. Relativamente ao parecer aprovado na Assembleia de Caíde de Rei: “a denominação de “ União de Freguesias de Lousada Este – Caíde Rei, Meinedo, São Fins do Torno e Vilar do Torno e Alentém” passaria a constituir uma “comunidade interfreguesias” apresenta-se ferida de ilegalidade. A verdade é que esta “figura” não existe e muito menos é acolhida pelo regime jurídico contemplado na Lei 22/2012 de 30 de maio. Por outras palavras, esta “reorganização administrativa territorial autárquica”, não se consubstancia na criação uma espécie de “ comunidades interfreguesias” que se sobreporá às freguesias atuais, como se de uma “associação de freguesias” se tratasse. Antes pelo contrário. A “nova pessoa coletiva territorial” cria-se à custa da “agregação” extinção, desaparecimento de atuais freguesias e não se sobrepõe meramente a estas”. Mais à frente, o que interessa para aqui é mais a designada “ rotatividade lógica e coerente das sessões da Assembleia de Freguesia da nova comunidade interfreguesias”. “Relativamente às sedes das freguesias manter-se-iam as atuais” diz a Assembleia de Freguesia de Caíde de Rei no seu parecer. “Nada de mais ilegítimo! Como é sabido, segundo o estatuído no ° 2 do artigo 9° da lei nº 22/2012, de 30 de maio “ a freguesia criada por efeito de agregação constitui uma nova pessoa coletiva territorial” dispõe de uma única sede. O regime legal em causa só permite a existência de uma única sede que é no fundo a sede da “nova” freguesia “criada por efeito de agregação”. O mesmo será dizer que nos termos da lei, a redução ou a extinção de freguesias “anteriores” implicará o desaparecimento automático das respetivas sedes.” A tal rotatividade das reuniões nas outras sedes é impossível é ilegal. “A criação de uma eventual “União de Freguesias de Lousada Este – Caíde Rei, Meinedo, São Fins do Torno e Vilar do Torno e Alentém” pressuporia sempre a “ extinção” das freguesias anteriores e concomitantemente, determinaria o “desaparecimento” de cada uma das sedes. E quando argumenta Caíde de Rei, freguesia situada em lugar urbano. “ o sentido opinativo da Junta e da Assembleia de Freguesia de Caíde de Rei é contrário à letra e ao espírito da Lei. Antes de mais, viola claramente o disposto no nº 1 do artigo 5° da Lei nº 22/2012, de 30 de maio, em cujos termos se estabelece a definição de “ lugar urbano” e se remete para a sua enumeração no anexo II, o qual faz parte integrante do diploma legal.” O qual não entra a freguesia de Caíde, não é um lugar urbano pela lei. “ Parecer a reconhecer que Caíde de Rei “não possui esta classificação” apesar de possuir uma população superior a dois mil habitantes “A freguesia de Caíde de Rei não é considerada pela lei como “lugar urbano” não é identificada como tal no anexo II, ao contrario



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

do que acontece com as Vilas de Lousada e Senhora Aparecida” Mais, esse parecer cai numa outra ilegalidade em que a freguesia de São Fins do Torno, essa sim situa-se num lugar urbano com a Aparecida, nunca poderia fazer conjunto com a freguesia de Caíde de Rei para criar uma nova freguesia. Muito bem, por isso parece-me que o “império” ambicionado pelo senhor presidente da Junta de Caíde não vai acontecer. Mas este parecer da Junta de Caíde será inútil? Não é, há aqui afirmações que de facto serão muito uteis, que dizem assim: “Caíde de Rei não se encontra nas proximidades da sede do município, é uma freguesia com um índice de desenvolvimento económico e social elevado, uma das freguesias com o maior número de habitantes e uma maior concentração de equipamentos coletivos, é considerada no quadro da prestação de serviços públicos de proximidade, saúde, educação, cultura, desporto, social e economia como preferencial polo de atração das freguesias contíguas. No setor empresarial local regista uma área de cinquenta hectares no Plano Diretor Municipal-PDM”. Continua: “ os elementos reveladores deste eixo estão patentes na centralidade do nó ferroviário, no nó rodoviário da A11, centro administrativo do agrupamento de escolas Lousada Este - Caíde Rei, Meinedo, São Fins do Torno e Vilar do Torno e Alentém, unidade de saúde de Caíde de Rei que dá resposta a Caide Rei, São Fins do Torno e Vilar do Torno e Alentém, possui sede de Junta, bombeiros, três escolas do primeiro ciclo mais jardim-de-infância, EB 2,3 com polo desportivo de referência, farmácia, correios, agência de seguros, estação ferroviária inserida nos urbanos do grande porto, portagem, industria, IPSS’s, associações, paróquia, complexo desportivo, cais cultural entre outras valências.” Não posso deixar de saudar o reconhecimento público, por parte da Junta e da Assembleia de Freguesia de Caíde de Rei, de que afinal os apoios da Câmara Municipal de Lousada às Freguesias não se reduzem às transferências do orçamento da Câmara, de que a política do executivo não é de modo algum centralista, e de que não existe qualquer discriminação, por parte do mesmo, baseada na cor partidária das Juntas de Freguesia. Conforme, aliás já todos sabíamos, contrariando assim as diversas afirmações, no mínimo pouco elegantes, em sentido contrário, efetuadas publicamente pelo senhor Presidente da Junta de Caíde de Rei, o senhor Dr. António Meireles.» -----

----- Eram duas horas e oito minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o seguinte membro: Dora Rocha -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. António Queirós, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém: «Eu vou tentar ser breve, a noite vai longa mas sinto-me na obrigação moral de aqui vir. Antes de mais, sinto-me satisfeito e orgulhoso por pertencer ao maior número de pareceres de Juntas de Freguesia, também queria dizer ao senhor presidente da Junta de Caíde, que usei os mesmos métodos que o senhor usou. Consultei a Assembleia de Freguesia e foi por unanimidade. O senhor chamou-me um nome, vou cita-lo mais á frente. Consultei a Assembleia, a Assembleia disse que não, enviei esse parecer. Não sei qual é o medo do governo em procurar votos, porque se fez para a regionalização, porque se fez para o aborto, que era um caso de consciência de cada um, que em nada adiantou o referendo, porque quem o praticava continuou a praticar, e não se faz para isto. É que é muito bom resolver isso lá no Terreiro do Paço. Eu dizia aqui há uns tempos, nesta casa que os presidentes de Junta só tinham valor quando era a campanha eleitoral, andavam connosco de braço dado, estes senhores é que estão junto do terreno, é que tem valor, isso tudo. E alguns até me criticaram, mas é verdade e agora está aqui explanado isso. Eles estão totalmente desfasados do que é uma Junta de Freguesia, o serviço que presta, em todas as vertentes, sociais, humanas, solidariedade, tudo o que nós fazemos, o clima de proximidade. Como é que juntar as Freguesias numa dimensão de quatro freguesias. Que serviço é que um presidente poderia prestar em condições, numa distância daquelas? Como já aqui disse o Nelson perde-se a identidade. Onde é que está Alentém? Onde é que está o símbolo de Alentém? Onde é que está a história de Alentém? Salvou-se a Igreja de São Mamede, a única coisa que existe. Não existe mais nada. Também aquela frase célebre que o senhor presidente criou, “ Terra com Identidade”. Se fosse a tal Freguesia de “Lousada Este”, fiquei pasmado com o nome que lhe deu e fiquei pasmado porque veio um bocado na consonância do agrupamento de escolas. Se isso fosse ideia de uma outra pessoa que não tivesse sido um professor ou presidente de Junta, pronto foi um desabafo. Vossa excelência é professor e é presidente de Junta a ideia a ser sua de facto, é abismal, não tem cabimento. Não vou repisar aqui ideias, o Dr. Carlos Nunes repisou aqui e eu também sei que o partido socialista foi um dos primeiros a falar nesta reforma administrativa. No entanto nunca disse como, há freguesias nos grandes centros, seria ajustável ser, agora nos nossos meios, mesmo nas freguesias que tem pouca gente, ainda pior, pelo papel que desempenhamos junto das pessoas, temos de ter consciência disso, mas isso é quem está no terreno, não são eles lá, somos nós que estamos no terreno. Em referência ao senhor presidente da Junta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dizer que, “se dependia da teimosia de alguns”, se era para mim, eu não sou teimoso. E a prova evidente de que não sou teimoso é que o povo de Vilar me elegeu durante todo este tempo, mais ainda, repare na serenidade que houve quando Vilar patrocinou a Vila da Aparecida. Eu não estou distante das pessoas, falo pouco. O senhor talvez não mas os políticos do seu partido que andam no terreno, sabem muito bem a maneira como eu me pauto com todas as forças políticas, inclusive com os meus adversários. Eu não sou teimoso, estou disponível mas já que tive esta oportunidade, vou lembrar-lhe, guardo isto religiosamente há tanto tempo, vou-lhe pedir senhor presidente, para a próxima que use o nome das pessoas, quando eu aqui defendi, acerca da extensão do centro de saúde de Caíde, e repito hoje outra vez, só pessoas desfasadas é que veem que aquele centro de saúde não está localizado no melhor sítio para servir a população que serve. Está aos olhos de todos, a política pôs-se à frente, quando eu disse que nós não tínhamos valor, foi quando a Junta de Vilar e do Torno fez uma exposição à ARS, delegação regional de saúde do norte e nem uma resposta nos deram. Foi aí que eu disse que nós não tínhamos valor nenhum, recorda-se. Todavia vossa excelência quando fez o seu manifesto eleitoral, a dar nota das suas obras, no fim de tudo tinha o título de “revelação final”. Foi uma pena, se vossa excelência não tinha espaço e local próprio para escrever toda a minha intervenção não escrevia nada, por um princípio de respeito e ética. Agora foi buscar o que lhe interessou à minha intervenção para fazer campanha. O senhor presidente tinha de dizer tudo o que eu disse, era assim. Por último, os meus votos é que haja alguém neste país que condecure este governo por ser tão inimigo do poder autárquico.» -----

----- Eram duas horas e onze minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o seguinte membro: Virginia Monteiro -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «A nossa posição é de intransigência, sim, mas também espero que esta concordância mútua por todos, não seja apenas a frente de algo que esteja a correr por trás. Espero que muitos dos mapas, opinião pessoal, mapas de organização de freguesias em vez de ser trazidos aqui foram logo entregues no Terreiro do Paço à unidade técnica. Parte dos elementos estão no poder e os seus “correspondentes” cá em Lousada. Agora nós também estaremos atentos porque estamos todos na base da boa-fé. Depois, a questão que o senhor Carlos Nunes disse do memorando de entendimento assinado pelo PS, pedido pelo PS, eu também me lembro do professor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Eduardo Catroga andar atirar fotografias e dizer que conseguiu uma vitória estrondosa perante aquilo que foi lá colocado, também teve uma participação muito ativa por parte do PSD-CDS. E mesmo essa unidade técnica, que irá fazer aquilo que lhe compete, sempre na boa-fé de todos, é para isso que cá estamos. Mas é curioso hoje ouvirmos que a pessoa que vai presidir essa unidade técnica é contra esta reforma administrativa. Vamos ver o que é que isso vai dar» -----

----- Eram duas horas e vinte minutos quando se ausentou definitivamente desta sessão o seguinte membro: José Luís Pacheco, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «A questão que o Dr. Carlos colocou faz-me uma comichãozinha porque o senhor não sabe o que está a falar. E eu posso-lhe dizer que não sabe, porque sei o que está no memorando e sei o que é que foi debatido na altura. E portanto é o ponto 3.44 e eu vou-lho ler para ouvir, porque sei que o PS quando negociou isto e o PSD também, não foi o Pedro Passos Coelho mas o senhor dos “pintelhos” que negociou isto. O que eles negociaram foi: “ Reorganizar a estrutura da administração local, existem atualmente trezentos e oito municípios e quatro mil e duzentas e cinquenta e nove freguesias, até julho de dois mil e doze, o governo desenvolverá um plano de conciliação para reorganizar e reduzir significativamente o número destas entidades, o governo implementará estes planos baseado no acordo com a comissão europeia e FMI”, e depois diz: “estas alterações que deverão entrar em vigor no próximo ciclo eleitoral local, reforçarão a prestação de serviço público, aumentarão a eficiência e reduzirão custos.” Ouvirão as contrapartidas desta lei, aquelas que o seu governo não acautelou nesta lei. Está a perceber qual é o problema desta lei. Há aqui dois problemas, o próximo ciclo eleitoral local é daqui a um ano mais ou menos, eu quero ver os cadernos eleitorais todos atualizados de acordo com as novas freguesias. A outra coisa que eu quero ver é se as competências ainda não estão tratadas, como é que vai haver um reforço da prestação de serviço público. É muito lindo, a *Troika* exigiu isto, sim mas nós também exigimos coisas à *Troika* em contrapartida. E a contrapartida da reorganização administrativa eram estas quatro coisas. Zero, Dr. Carlos, por isso é que o PS, e isso eu também lhe posso dizer, veio dizer não a esta reorganização administrativa, porque o Dr. Passos Coelho e o senhor Relvas não acautelaram isto. E não estão muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

interessados em defender o povo. Estão interessados no “corte da árvore” e deixa andar a ver o que isto dá.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do Dr. Carlos Nunes, o João já sistematizou e identificou o problema. Não é propriamente a leitura que fez no início da sua intervenção, há aqui outro tipo de abordagens que são necessárias para perceber toda esta dinâmica. É óbvio que todos sabemos que este governo, não direi que o anterior não fosse por esse caminho, não vale apenas estarmos aqui com subterfúgios sobre isso, não queria mexer nos municípios. E depois arranja aqui uma fórmula, no meu entender perfeitamente anómala, no meu entender, aliás na esmagadora maioria dos autarcas, eu estava aqui a dar nota ao senhor vereador Leonel que a ANMP, amanhã no congresso vai tomar uma posição muito firme sobre esta matéria. Se ela avançar vai procurar impugnar, tribunais administrativos e por aí fora, a questão está balizada. Qual é o entendimento, grosso o modo, de todos os autarcas, de uma esmagadora maioria dos autarcas deste país e é transversal PSD, PS, CDS, etc, não há aqui muitas divergências em relação a isto. Nesta segunda-feira numa reunião da Associação de Municípios, o vereador da Câmara de Paços, o António Coelho nos disse que a comissão técnica já tem o mapa feito, já tem a situação pronta. Disse-nos isto claramente, já sabem disto. Pode parecer estapafúrdio o que estou a dizer mas é a informação que ele tem. Nas fontes partidárias já devem saber isto, não sei se todos sabem mas ele teve o cuidado de nos dizer isto. Agora, tiremos as conclusões que quisermos. Quando diz que a Câmara deve liderar este processo. Aqui a responsabilidade é de todos, a lei aponta de uma forma muito mitigada que o processo passe pela Câmara, uma forma quase sub-reptícia. Eu vi a posição do meu colega, e bem, é de toda idêntica á nossa, do meu colega de Aveiro. Palavras para quê, não há aqui palavras, em relação a esta matéria reportou para Assembleia a decisão. Não podemos pôr isto só no âmbito das possibilidades, temos de pôr também no âmbito dos princípios, quando falamos aqui da possibilidade de informar e trazer toda a gente, isto aplicava-se logo às estruturas partidárias. Alguém fez alguma coisa? Que eu saiba toda a gente, grosso o modo, meteu a “viola ao saco” e não fez muito mais, esperou, aquilo que era aparentemente e que foi a nossa expectativa, em função do reporte que era necessário ter, solicitamos às Assembleias e Juntas de Freguesias que nos dessem uma indicação sobre o modus operandi. Acho que a Câmara sem ter dito o que é que cada um fazia procurou ouvi-las. Não sei se toda a gente fez isto, nós pelo menos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tivemos este à vontade, de pelo menos ouvir e de saber qual a posição que deveríamos ou não tomar. Poderíamos concordar ou não mas foi esta posição clara que a Câmara tomou para que se saiba. Depois diz adiante: “ a posição firme da Câmara sobre este parecer” é como lhe digo, vamos em função da decisão que esta Assembleia tomar, seguramente que a asseguraremos, iremos com base nos pareceres da própria ANMP tomar a posição firme, há os meios próprios, este país é um estado de direito. Falam aqui num envelope de transferências para as Juntas de Freguesia. Já repararam nas competências que estão plasmadas para eventualmente no caso da junção, uma delas é curiosa, o licenciamento dos vendedores de cautelas. O que se lembraram, isto chega ao caricato. Quando os senhores presidentes nos perguntam a nós, devíamos ter um plano de transferência de competências, o próprio estado, o próprio governo diz que não. É preciso perceber estas coisas nós não estamos a inventar nada. Estas dinâmicas impõe-se por elas próprias. O governo, de que vocês também fazem parte, deviam ter uma capacidade de influência muito grande, entre as vossas estruturas, os autarcas fazer uma grande pressão para que de facto o que dizem aqui fosse plasmado na lei. Nós perante isso não temos nada a obstar. Há bocado ouvi delegação da Câmara em competências financeira. Encantado, ninguém tem nada a obstar. Agora este discurso não é para mim, não sou eu que faço a lei. Nós estamos aqui a cumprir a lei. Este apelo que faz deve ser dirigido ao nosso colega, presidente dos autarcas do PSD, o Pedro Pinto deve ser um dos interlocutores e estará disponível para corroborar esse tipo de abordagem. Em relação à posição do nosso município sobre estas matérias, eu direi que há aqui um princípio que nunca foi escamoteado por ninguém, todas as vezes que me questionaram e todas as vezes que fui interpelado quer pela comunicação social ou por outros, tive esta posição, não divergi rigorosamente nada desta posição. A ideia foi sempre esta, preservar de uma forma clara estas abordagens, há aqui questões que não são passíveis de ser esquecidas até pelas últimas reformas, deixaram marcas, marcas profundas. Falou sobre Alentém mas há um acaso pegado a Caíde que é paradigmático, ali à vista de olhos. Porquê que apareceu o movimento de refundação do concelho de Vila Meã? Porquê? Foi extinto na reforma de Mouzinho e os problemas de Vila Mãe continuam de uma forma distante da sede de município e a reivindicar de uma forma mais ou menos velada esta situação. Pergunto eu, isto projetado para esta abordagem em termos das freguesias o que é que vai acontecer? Não é que qualquer cidadão de Cristelos que esteja disponível para ser agregado por Silvares. Isto para qualquer pessoa não é fácil. Eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

percebo por exemplo que nas freguesias de carácter urbano estas coisas a até são mais pacíficas. O PS como sabe teve e tem uma abordagem porque ainda não está concluída, em Lisboa. Agora fora deste universo a situação é totalmente diferente. Os senhores presidentes quer de Silves quer de Caíde, eu sinceramente tenho entendimentos totalmente diferentes sobre a forma (). As opiniões são passíveis de acontecer em qualquer um de nós cada um pensa da forma que entende que é adequada e correta em função dos dados que possui. Agora vejamos o caso das freguesias sobre aquilo que passa na Europa neste momento. Eu acho que nós podemos tirar conclusões, só a Galiza tem mais municípios que Portugal inteiro e quantas divisões tem cada comunidade? Devem estar anquilosados no tempo que não há aqui nenhuma situação de particular arrojo, inovação que os motivou a fazer isto. Porquê? Este debate alguma vez foi feito? Houve umas situações pontuais e não passou disto. Porquê que não se faz este debate, a ver se de facto nos outros países que aparentemente estão próximos de nós, isto está muito mais dividido e não há problemas e as coisas funcionam. Agora o que é importante perceber e concordando com algumas situações destas, e é aquilo que a esmagadora maioria dos autarcas e a própria ANMP e ANAFRE defendem, todas aquelas que se queiram juntar, não há inibição nenhuma, se há aqui situações que possam ser concretizadas quando há aqui afinidades e querem. Eu não vejo, em relação ao discurso que fez o senhor presidente da Junta de Caíde, em relação à possibilidade de interatividade entre três ou quatro freguesias que ela não se possa fazer neste momento sem estar agregadas. Eu só estou a dizer que é preciso ter em conta que estas situações podem efetivamente acontecer neste contexto. É tão legítimo, a opinião que quer um quer outro têm sobre esta matéria, como é absolutamente inquestionável também a posição de qualquer outro colega dos vinte e três presidentes de Junta. Concordarão comigo que isto até pode parecer algum desprimor para os outros presidentes da Junta, pela circunstância de que quer um quer outro em termos intelectuais serem pessoas mais habilitadas, não quer dizer que os outros sejam menos. Isto é que é preciso ter em conta e julgo que não é nesse contexto que a questão se põe. Eu penso que a abordagem que as Juntas e Assembleias de Freguesia fizeram sobre esta matéria foram dados importantes para percebermos qual a realidade do nosso município. A sequência e aquilo que foi a posição da Câmara é demonstrativa desse propósito, aliás como eu tinha percebido, desde sempre também que era um propósito dos senhores vereadores que me transmitiram, atempadamente que havia aqui um grande princípio de entendimento sobre esta matéria,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que nós corroboramos de uma forma clara e que nos pareceu a medida acertada para resolver o problema que nos puseram em mão.» -----

----- A proposta número treze foi aprovada por trinta e cinco votos a favor, duas abstenções dos seguintes membros: Carlos Pedro Moreira presidente da Junta de Freguesia de Meinedo e José Augusto Campos de Barros e dois contra dos seguintes membros: António de Sousa Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei e Fausto Manuel Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares. -----

----- Com declaração de voto do senhor Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares: “ O meu voto é contra, porque independentemente da posição agora tomada, esta, no meu entender, não é suficientemente fundamentada e não foi objeto de um trabalho efetivo que em tempos cheguei a propor que fosse feito por uma comissão constituída por membros desta Assembleia. Por isso, lamento que esta Assembleia se tenha apenas baseado no parecer da Câmara, que é o que vai seguir para a unidade técnica e não tenha elaborado o seu próprio parecer devidamente elaborado e fundamentado”.-----

----- Declaração de voto do senhor José Campos de Barros do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “ Não ficava bem com a minha consciência se não fizesse esta declaração de voto, apesar de ter permanecido aqui com imenso sacrifício, não tive a oportunidade de intervir na altura, faço-o através da declaração de voto. Tenho de ser coerente com o que afirmei numa Assembleia atrás, chamei à atenção, alertei e infelizmente as evidências estão à prova, pela minha maneira de ser, não pactuo com situações confusas, não bebo águas inquinadas. Só gosto de intervir em situações em que prevalece a honestidade política, a honestidade intelectual e nunca aproveitamento político seja de quem for. Dada a situação reinante no governo, na minha própria coligação, na Assembleia, no grupo parlamentar do PS, só tenho uma situação coerente comigo próprio, alhear-me de tudo e abster-me. Em consciência não posso votar a favor nem contra.” -----

-----Declaração de Voto do Sr. António Meireles presidente da Junta de Freguesia de Caíde Rei: “ O voto contra é um voto em consciência, é um voto coerente com o parecer da Assembleia de Freguesia de Caíde de Rei, que apresentou o seu respetivo parecer, conforme os princípios e os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

parâmetros definidos na presente lei.” Declaração de voto do senhor Amâncio Santos presidente da Junta de Freguesia de Lustosa: “ Votei a favor, porque foi dada a oportunidade pela Câmara de se pronunciar, quer à Junta de Freguesia, quer à Assembleia de Freguesia.” -----

----- Declaração de voto de Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista “ O meu voto é favorável pela situação de também me congratular por esta unanimidade. Não ficava bem se não dissesse isto: é pena que no dia vinte e quatro de fevereiro, a celeuma toda aqui, para chegarmos à mesma conclusão, em que o Dr. Mário não merecia sair desta última Assembleia da maneira que saiu.” -----

----- Declaração de voto do senhor Carlos Manuel Nunes do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “ Votei favoravelmente uma proposta que foi apresentada e defendida com os seus devidos fundamentos, e são esses que importa relevar, sem tentar atropelar aquilo que é e que deveria ser a correção tida na devida altura. Acho profundamente injusto e ingrato que se pronunciem da forma que o fizeram hoje, uma forma bastante desnecessária e infeliz, incorreta. Enfim, para não dizer outros termos, efetivamente não era de todo necessário o terem feito.” -----

----- Eram duas horas e cinquenta minutos quando se ausentaram definitivamente desta sessão os seguintes membros: Emilia Chamusca e Joaquim José Bessa -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Faltaram à sessão os seguintes membros: José Manuel Gonçalves e Vanda Sofia Bragança. -----

----- Não têm direito à senha de presença porque não estiveram presentes em pelo menos cinquenta por cento do tempo total da sessão os seguintes membros: Cláudia Patricia Lousada e João Avelino presidente da Junta de Freguesia de Lousada Santa Margarida.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da acta minutada que fica apenas a esta acta e que foi aprovada por unanimidade trinta e sete votos. ----

----- Eram duas horas e cinquenta e cinco minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA
